



Produto B

Plano de Mobilização e Comunicação Social

São Bento do Trairi – RN



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO TRAIRI

Prefeito

José Aracleide de Araújo

Vice Prefeito

Erickson Kleber Dantas

Comitê de Coordenação

Rafael dos Santos Matias - Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;

Márcia Cristina de Sousa Araújo - Secretaria Municipal de Assistência Social;

Maria Gorete Dias - Conselho Tutelar;

Janiedson Ferreira da Silva - Secretaria Municipal de Obras;

José Jadson dos Santos Silva – Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo, Recursos Hídricos e Turismo;

Marcelo Maciel Pereira Soares - Secretaria Municipal de Educação;

Antônio José dos Santos - Secretaria Municipal da Saúde;

Juvelino Ferreira Da Silva - Câmara Municipal.

Comitê de Executivo

Maria do Socorro Soares dos Santos - Secretaria Municipal de Saúde;

Jesimiel de Almeida Dantas - Secretaria de Administração;

José Roberto Munis Cunha - Secretaria Municipal de Obras;

Silvia Fernandes Marinho - Secretaria Municipal de Assistência Social.



Equipe de Apoio Técnico – UFRN

Coordenação Geral:

Dr. Aldo Dantas
Geógrafo

Apoio Técnico Geral:

MSc. Elaine Lima
Administradora

Gilbrando Trajano Junior
Engenheiro Ambiental

Joselito da Silveira Junior
Geógrafo

MSc. Lucas Costa
Geógrafo

Dr. Pablo Ruyz Aranha
Geógrafo

Dr. Paulo Cunha
Engenheiro Civil

Thiago Simonetti
Graduando em Geografia

Equipe de apoio ao Planejamento da Mobilização e Comunicação Social:

Dr. Alessandro Galeno
Sociólogo

Dr. Celso Locatel
Geógrafo

MSc. Jeferson Rocha
Jornalista

Maria Ylanna Pires
Graduanda em Jornalismo



Núcleo Intersetorial de Cooperação Técnica – NICT/FUNASA/SUEST/RN:

Membros Titulares:

1. Diógenes Santos de Sena – Matrícula Siape nº 1781456 – Coordenador
2. Ana Tereza Barreto Torres - Matrícula Siape nº 509960 – Coordenadora Substituta

Fundação Nacional de Saúde – FUNASA

Superintendência Estadual da Funasa no Rio Grande no Norte (SUEST – RN)
Avenida Almirante Alexandrino de Alencar, 1402, Tirol – Natal/RN CEP: 59015-350
Telefones: (084) 3220-4745 / 3220-4746 / 3220-4748
<http://www.funasa.gov.br/site/>



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
1.1. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	7
2. MARCOS LEGAIS E TEÓRICOS DO PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL ...	10
2.1. MOBILIZAÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO DO SANEAMENTO BÁSICO	10
2.2. MARCOS LEGAIS DO PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL – PMS	11
3. OBJETIVOS	15
3.1. OBJETIVO GERAL	16
3.2 . OBJETIVOS ESPECÍFICOS	17
4. FORMAÇÃO DOS COMITÊS DE COORDENAÇÃO E EXECUTIVO	19
4.1 COMPOSIÇÃO DOS COMITÊS NO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO TRAIRI.....	20
5. REUNIÕES DE PLANEJAMENTO DAS AÇÕES	22
5.1 REUNIÕES COM O CONSELHO EXECUTIVO	22
6. METODOLOGIA DO PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL	26
6.1. ATORES SOCIAIS E PÚBLICO ALVO	26
6.1.1 Atores Sociais	26
6.1.2. Público Alvo	28
6.2 ETAPAS DA EXECUÇÃO DO PLANO DE MOBILIZAÇÃO	29
6.2.1 Setorização Municipal	29
6.2.2 Sensibilização	37
6.2.3 Diagnóstico Técnico- Participativo do Saneamento Básico	40
6.2.4 Prognósticos e alternativas para o Saneamento Básico	41
6.2.5 Plano de Execução - Programas, Projetos e Ações	43
6.2.6 Conferência Municipal do PMSB	45
6.3 DEFINIÇÃO DOS MECANISMOS E PROCEDIMENTOS DE MONITORAMENTO .	49
7. COMUNICAÇÃO SOCIAL	51
7.1 PLANO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL PARA A ELABORAÇÃO DO PMSB	52
7.1.1 Ações de Comunicação	53
8. PREOCUPAÇÃO COM A LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA	60
REFERÊNCIAS	64



1. INTRODUÇÃO

Este documento tem como objetivo apresentar o Plano de Mobilização Social, o qual subsidiará a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB.

O Plano de Mobilização Social será elaborado com base no Projeto "Capacitação e apoio técnicos à elaboração de minuta de Planos Municipais de Saneamento Básico de municípios do estado do Rio Grande do Norte" e no Termo de Referência da FUNASA (2012)¹.

O Plano de Mobilização Social visa desenvolver ações para a sensibilização da sociedade quanto à relevância do PMSB e da sua participação no processo de elaboração do mesmo.

Mobilização Social não pode ser confundida com manifestações públicas isoladas ou passeatas, comuns no cenário brasileiro nas últimas décadas. A mobilização ocorre quando um grupo de pessoas, uma comunidade organizada, age provocado por um chamamento para atingir um objetivo determinado. O convite nasce de um planejamento para que todo o grupo envolvido possa ter um propósito específico. Convocar significa induzir a discussões, decisões e ações. A participação depende da vontade de cada ator envolvido, constituindo-se assim num ato de liberdade (Prefeitura Municipal de Belford Roxo, 2013).

Da mesma forma, o plano de Mobilização Social não pode ser confundido com a criação de uma peça publicitária. A mobilização no campo do saneamento básico não se circunscreve apenas à elaboração do plano em si, mas a conscientização da população para a preservação dos recursos naturais e a efetivação da política pública, como a participação da população beneficiária, que tem papel fundamental na elaboração, na implementação, no monitoramento e na avaliação dos resultados das ações adotadas.

O Plano de mobilização tem como objetivo geral propor estratégias, espaços e instrumentos que possibilitem estimular a atuação e a proposição dos diversos sujeitos sociais na construção e no controle social da política pública de Saneamento Básico do Município de São Bento do Trairi/RN.

¹ FUNASA - Fundação Nacional de Saúde. Ministério da Saúde. **Termo de referência para elaboração de planos municipais de saneamento básico**: procedimentos relativos ao convênio de cooperação técnica e financeira da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA/MS. Brasília, 2012. 68 p.



1.1. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

Uma fazenda chamada São Bento, pertencente a José Paulino de Oliveira Garrote, deu origem à povoação do território. O nome da fazenda vem de sua localização às margens do Riacho São Bento, um dos afluentes do Rio Trairi.

José Paulino Garrote decidiu iniciar, no ano de 1907, o vitorioso processo de povoamento da área. Morrendo em 1913, deixando a região liderada inicialmente por sua fazenda, em plena prosperidade.

O nome de São Bento está relacionado com dona Francisca Paulina de Oliveira, esposa de José Paulino de Oliveira Garrote, que ao retornar de uma romaria ao Juazeiro, no Ceará, adoeceu de varíola, doença terrível (na época), e prometeu erguer uma capela em homenagem a São Sebastião caso tivesse a saúde recuperada. Dona Francisca Paulino ficou curada e a capela foi construída no ano de 1911.

Crescendo na fronteira com o estado da Paraíba, São Bento do Trairi, com suas terras férteis, com seu plantio de cereais e algodão, era citado com elogios pela sua economia. Em 1953 passou a categoria de vila, sendo emancipada em 31 de dezembro de 1958, através da Lei número 2.334 de 31 de dezembro de 1958, desmembrando-se do município de Santa Cruz.

O primeiro prefeito interino do município, nomeado pelo então Governador do Estado Dinarte de Medeiros Mariz, foi José Bezerra Cavalcante popularmente conhecido por "Zé de Balelê", que administrou por um pequeno período. Logo após foi nomeado o segundo Prefeito Interino Geraldo Bezerra Cavalcante, conhecido por Major Geraldo, e o terceiro e último Prefeito Interino foi José Ribeiro da Silva, que disputou as eleições constitucionais perdendo para o seu principal concorrente Pedro Costa Soares.

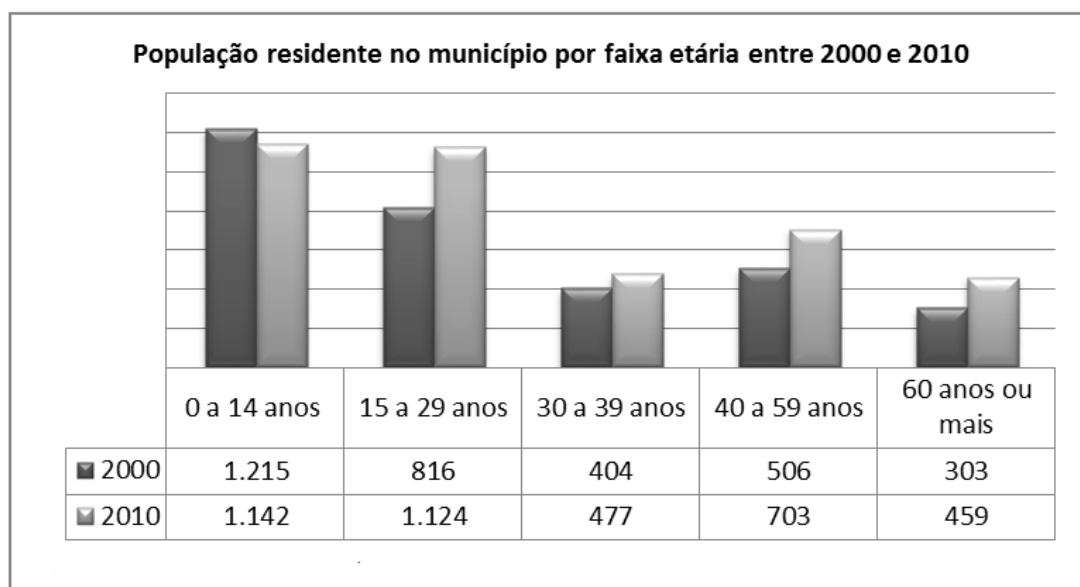
Pedro Costa Soares administrou de 1960 até 1965, vindo apoiar o advogado José Ivalter Ferreira, candidato único, que administrou o município até a intervenção, sendo substituído pelo Interventor Coronel Rafael Afonso de Oliveira, que dirigiu os destinos do município até Janeiro de 1970, o qual foi substituído por José Xavier da Silva, mais conhecido por Zé Miquilino, eleito no dia 30 de novembro de 1969, com 203 votos.

A população de São Bento é predominantemente católica, manifestando sua fé religiosa e o amor a Deus na festa do padroeiro do lugar São Sebastião, que é comemorada de 11 a 20 de janeiro. Os católicos contam com três capelas sendo duas na Zona rural nas comunidades Impoeira Funda e Telha e uma na sede do Município. Os Evangélicos também contam com templos para orações e cultos a Deus, sendo dois na zona rural, nas comunidades

de Telha e Camelo e quatro na sede do município, Batista Fundamentalista, Adventista do Sétimo Dia, Assembleia de Deus e Igreja da Graça.

O município de São Bento do Trairi conta com uma dificuldade considerável em seu crescimento, uma vez que fica localizado em um local de difícil acesso, onde só tem estrada pavimentada interligando-o com a cidade de Santa Cruz. Hoje o abastecimento de água para população da zona urbana é feito através da Companhia de Água e Esgoto do Rio Grande do Norte – CAERN.

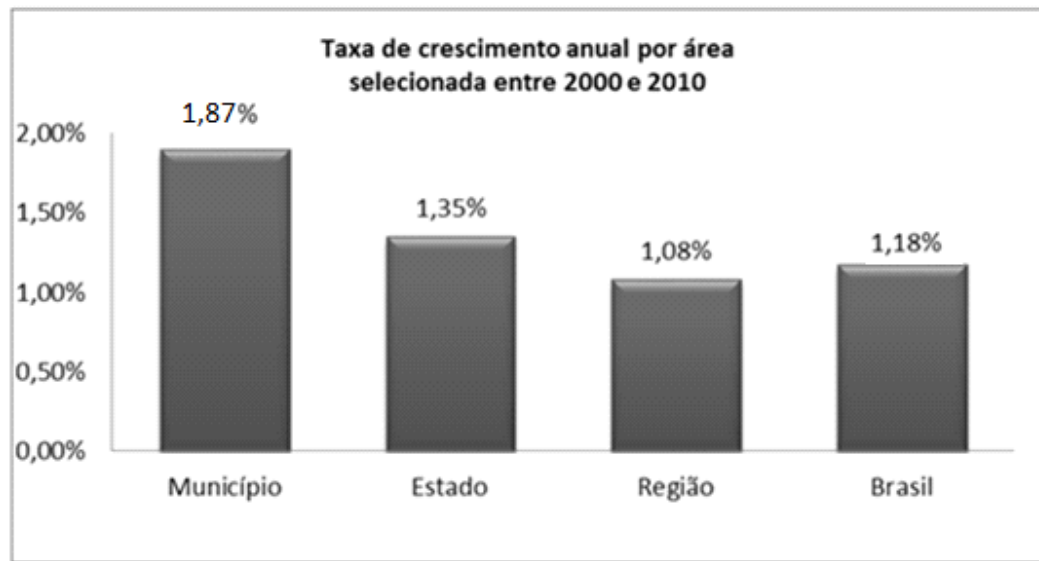
Gráfico 01- População residente no município por faixa etária 2000/2010.



Fonte: Censos demográficos de 2000 e 2010/ IBGE.

Conforme o gráfico acima se percebe que a população de São Bento do Trairi ampliou entre os censos demográficos de 2000 e 2010, em especial a população na faixa etária de 15 a 59 anos que exibiu crescimento populacional (em média 2,93% ao ano), passando de 1.726 habitantes em 2000 para 2.304 em 2010. Representando 59,0% da população residente no município. A população total no ano de 2010 segundo dados do IBGE era de 3905 habitantes, no ano de 2016 estimasse que a população será de 4372 habitantes representando um aumento de mais de 10,68% no crescimento da população. Segundo ainda dados do ano de 2010 a população urbana de São Bento do Trairi é de 1884 habitantes e a população urbana é de 2021 habitantes.

Gráfico 02-Taxa de crescimento anual por área selecionada entre 2000 e 2010 de São Bento do Trairi



Fonte: Censos demográficos de 2000 e 2010/ IBGE.

A população do município ampliou, entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010, à taxa de 1,87% ao ano, passando de 3.244 para 3.905 habitantes. Essa taxa foi superior àquela registrada no Estado, que ficou em 1,35% ao ano, e superior a cifra de 1,08% ao ano da Região Nordeste.

A estrutura demográfica também apresentou mudanças no município. Entre 2000 e 2010 foi verificada a ampliação da população idosa que, em termos anuais, cresceu 4,2% em média. Em 2000, este grupo representava 9,4% da população, já em 2010 detinha 11,8% do total da população municipal.

O segmento etário de 0 a 14 anos registrou crescimento negativo entre 2000 e 2010, menos 0,6% ao ano. Crianças e jovens detinham 37,6% do contingente populacional em 2000, o que correspondia a 1.215 habitantes. Em 2010, a participação deste grupo reduziu para 29,2% da população, totalizando 1.142 habitantes. Esse fato se deve a diminuição da taxa de fecundidade no município como se observa na tabela a seguir.



2. MARCOS LEGAIS E TEÓRICOS DO PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

2.1. MOBILIZAÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO DO SANEAMENTO BÁSICO

Alcançar importantes metas sociais não é trabalho para uma única pessoa. Na verdade, a máxima “*se quer ir rápido vá sozinho, mas se quer ir longe vá em grupo*” define totalmente como deve ser a construção de qualquer trabalho de cunho social. Isso porque a sociedade precisa estar ciente de que suas ações, ou a omissão delas, definem, no fim das contas, a realidade que ela mesma viverá.

Nesse sentido, a Mobilização Social se torna a chave para o alcance dos grandes objetivos que a sociedade vislumbra, pois, a unificação comunitária que a mobilização traz e os frutos que ela rende são a arma mais poderosa que um ente público pode ter; haja vista que cada pessoa conhece com mais proximidade o espaço em que vive e a união do conhecimento dessas pessoas dá fidedignidade a construção de um diagnóstico de uma comunidade inteira.

Mobilização Social, segundo Toro (1996, p.5), é “convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido também compartilhados”. Quando se esmiúça essa definição entende-se que existem dois pontos importantes no ato de mobilizar: **convocar vontades e criar um sentimento de propósito comum**.

A convocação de vontades, ou seja, o ato de convidar alguém para participar, por livre escolha, de um processo de mudança social construído quotidianamente é o que diferencia a Mobilização Social de uma passeata ou a concentração de pessoas numa praça (TORO, 1996). Este é um ponto chave para o engajamento da sociedade, pois decidir transformar a realidade em que se vive é mais forte do que ser obrigado.

O segundo atributo crucial do ato de mobilizar é a criação do sentimento de desejo comum, ou seja, da intenção de chegar num objetivo que é de interesse de todos. Qualquer indivíduo se sente mais forte quando está em grupo, por isso criaram-se nossas civilizações e sociedades. Este sentimento de pertencimento a uma causa precisa ser central na Mobilização Social, pois é ele que garantirá o esforço de cada pessoa mobilizada.

Dentro do contexto do saneamento básico, pode-se pensar na mobilização como uma ferramenta para alcançar a melhoria das estruturas das cidades que se habita, com impacto positivo para a saúde e o bem-estar social assim como para efetivar a lei 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que prevê, no seu inciso IV do artigo 3º, a participação da sociedade no processo de elaboração dos planos de saneamento básico.



O Plano de Mobilização Social tem a intenção de estruturar uma série de táticas e promoções que, na prática, consolidem os dois atributos importantes do ato de mobilizar: convocar a sociedade e criar o sentimento de objetivo em comum. Para tanto, deve-se

sensibilizar a população de cada município sobre a crucialidade de se elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB).

Esse conjunto de táticas e formas de promover a ideia do PMSB deve sugerir como serão dados os canais de participação para elaboração do plano, assim como os canais de avaliação das atividades desenvolvidas ao longo do tempo. Toda essa estruturação do Plano de Mobilização Social visa dar legitimidade ao processo de produção do PMSB, visto que a participação social está prevista inúmeras vezes nos documentos oficiais.

2.2. MARCOS LEGAIS DO PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL – PMS

Dos documentos jurídicos que dispõem sobre a mobilização social, mais especificamente relacionada ao saneamento básico municipal, podem ser citadas: a Constituição Federal de 1988; a Lei 10.257/2001, que estabelece as diretrizes gerais da política urbana; e a Lei 11.445/2007, que dispõe sobre as diretrizes da lei nacional de saneamento básico.

Segundo a Constituição Federal de 1988, é preciso considerar os seguintes pontos em relação ao plano de mobilização e a política de saneamento básico:

- a) Art. 6º - O direito social a saúde;
- b) Art. 196º - A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;
- c) Art. 225º - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem como de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações;
- d) Inciso VI, Art. 225º - Promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

Todos esses termos remetem a importância do tratamento adequado da questão social da Saúde, diretamente ligada a produção do Plano Municipal de Saneamento Básico. Percebe-



se nos artigos retirados da Carta Magna a centralidade do direito a saúde que todo cidadão brasileiro deve ter, através da adequação estrutural, econômica e educacional de cada município para tal finalidade.

Ainda segundo outra legislação brasileira, que dispõem sobre pontos que remetem a relação da mobilização social com a efetivação das políticas de saneamento básico, a Lei 10.257/2001, conhecida como o Estatuto das Cidades, é preciso considerar os seguintes pontos:

- a) Inciso I, Art. 2º - A garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana [...] para as presentes e futuras gerações;
- b) Inciso II, Art. 2º - A gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;
- c) Inciso VI, G e F, Art. 2º - A ordenação e controle do uso do solo, de forma que evite a deterioração das áreas urbanas, a poluição e a degradação ambiental.

Já na lei 11.445/2007, que estabelece as diretrizes do sistema nacional de saneamento básico, no tocante a efetivação do direito a saúde e os princípios que regem a efetivação dessa lei, destaca-se, no seu Art. 2º:

- a) Universalização do acesso;
- b) Integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso na conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados;
- c) Abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente;
- d) Disponibilidade, em todas as áreas urbanas, de serviços de drenagem e manejo das águas pluviais, limpeza e fiscalização preventiva das respectivas redes, adequados à saúde pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado;
- e) Adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais;
- f) Articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da



saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante;

- g) Eficiência e sustentabilidade econômica;
- h) Utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas;
- i) Transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados;
- j) **Controle social**;
- k) Segurança, qualidade e regularidade;
- l) Integração das infraestruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos;
- m) Adoção de medidas de fomento à moderação do consumo de água.

No inciso IV, do Art. 3º, a Lei 11445/2007 estabelece que **controle social** é o conjunto de mecanismos e procedimentos que **garantem à sociedade informações**, representações técnicas e **participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação** relacionados aos serviços públicos de saneamento básico. Para isso os titulares dos serviços de saneamento básico devem definir **normas e mecanismos de controle social** nas atividades de **prestação, planejamento, regulação e fiscalização** dos serviços (inciso V, do art. 11), estabelecendo os meios de disponibilização das informações sobre saneamento e qualificando o processo de participação social.

Analisando todos esses documentos oficiais é possível aferir que existe uma série de pontos que devem ser tratados com perspicácia pelos gestores municipais e suas equipes, na intenção de que haja efetivação dos direitos assegurados por lei, assim como efetivação da participação social que, se bem observado, é um quesito que perpassa por todas as legislações relacionadas até aqui.

A Lei Orgânica nº 2.334 de 25 de março de 1990 de São Bento do Trairi, que disciplina o funcionamento da administração municipal, seguindo os princípios democráticos e de participação social, conforme a Constituição Federal de 1988.

Todos os pontos elencados têm relação direta com a participação social, pois, de acordo com o inciso V do Art. 9º, deve haver controle da sociedade e efetiva participação nas políticas de saneamento básico, ou seja, na sua produção documental, infraestrutural e acompanhamento da prestação dos serviços. Dessa maneira, entende-se que, de acordo com a lei 11.445/2007 é requisito indispensável a participação da sociedade no Plano Municipal de Saneamento Básico através da mobilização social, compreendida como o processo de



convocar pessoas para participar de um sonho em comum, um objetivo que todos querem alcançar, e dever dos gestores e de suas equipes designadas para tanto.



3. OBJETIVOS

De forma geral os objetivos aqui apresentados seguem a normativa exposta pelo Termo de Referência (TR) da FUNASA (2012) e as prerrogativas legais. Com esse instrumento, que faz parte do planejamento das ações, visa-se reforçar a necessidade de se construir e fortalecer canais de comunicação junto aos agentes públicos que possibilite o envolvimento da população para, primeiramente, a **compreensão das atividades propostas** no seu cotidiano, que é marcado por questões políticas, orçamentárias, burocráticas e que compõem o próprio movimento da sociedade em que se vive.

No Quadro 01, ressalta-se a importância de alguns objetivos que devem ser alcançados com a aplicação do formato participativo da elaboração do PMSB.

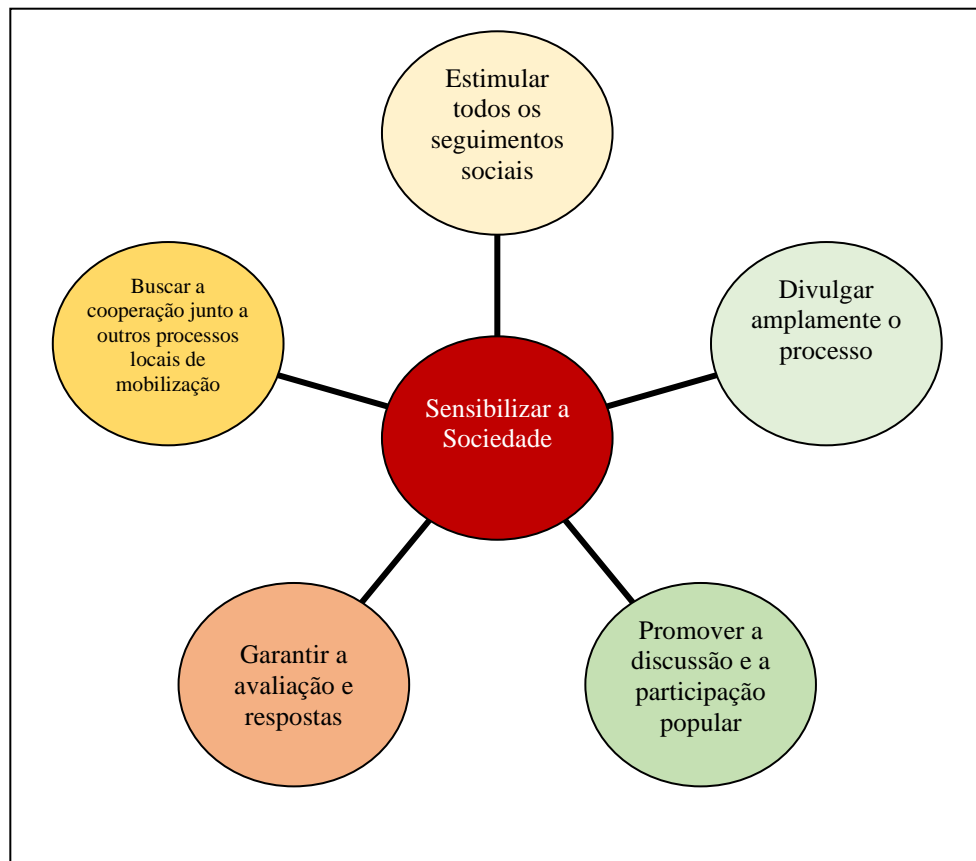
Quadro 01 - Objetivos da Participação Social

Fases	Objetivos
Todas as fases	<ul style="list-style-type: none">➤ Apresentar caráter democrático e participativo, considerando sua função social;➤ Envolver a população na discussão das potencialidades e dos problemas de salubridade ambiental e saneamento básico, e suas implicações;➤ Sensibilizar a sociedade para a importância de investimentos em saneamento básico, os benefícios e vantagens;➤ Conscientizar a sociedade para a responsabilidade coletiva na preservação e na conservação dos recursos naturais;➤ Estimular os segmentos sociais a participarem do processo de gestão ambiental;➤ Sensibilizar os gestores e técnicos municipais para o fomento das ações de educação ambiental e mobilização social, de forma permanente, com vistas a apoiar os programas, projetos e ações de saneamento básico a serem implantadas por meio do PMSB.
Diagnóstico técnico-participativo	<ul style="list-style-type: none">➤ Considerar as percepções sociais e conhecimentos a respeito do Saneamento;➤ Considerar as características locais e a realidade prática das condições econômico-sociais e culturais;➤ Considerar a realidade prática local das condições de saneamento e saúde em complemento às informações técnicas levantadas ou fornecidas pelos prestadores de serviços;➤ Considerar as formas de organização social da comunidade local.
Prognóstico e Planejamento estratégico – Cenário de Referência	<ul style="list-style-type: none">➤ Considerar as necessidades reais e os anseios da população para a definição do cenário de referência futuro;➤ Considerar o impacto socioambiental e sanitário dos empreendimentos de saneamento existentes e os futuros para a qualidade de vida da população.
Programas, Projetos e Ações para Alcance do Cenário de Referência	<ul style="list-style-type: none">➤ Considerar as necessidades reais e os anseios da população para a hierarquização da aplicação de programas e seus investimentos;➤ Considerar o ponto de vista da comunidade no levantamento de alternativas de soluções de saneamento, tendo em conta a cultura, os hábitos e as atitudes em nível local.
Fases posteriores: Execução, avaliação e previsão do PMSB	<ul style="list-style-type: none">➤ Estimular a prática permanente da participação e mobilização social na implantação da política municipal de saneamento básico;➤ Estimular a criação de novos grupos representativos da sociedade não organizada sensibilizados e com conhecimentos mínimos de saneamento básico para acompanhar e fiscalizar a execução do PMSB.

Fonte: FUNASA, Termo de Referência, 2012.

Nesses termos, o Plano de Mobilização deve ser direcionado para uma transformação mais ampla da realidade de intervenção e que ao mesmo tempo tenha um caráter operacional (Figura 1).

Figura 1 - Diagrama da Sensibilização da Sociedade



Fonte: PMSB de Juazeirinho (PB), 2015.

3.1. OBJETIVO GERAL

O Plano de Mobilização Social tem como objetivo geral promover e organizar a interação da população na elaboração do Plano de Saneamento Básico do município. Para que a participação da população se efetive, serão adotados os objetivos específicos traçados no termo de referência da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) para a participação social.



3.2 . OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Envolver todos os segmentos sociais na discussão das potencialidades, problemas de salubridade, de saneamento e suas implicações em todas as etapas do PMSB, priorizando as necessidades e anseios da população local;
- b) Garantir que todos os eventos sejam abertos à participação da comunidade local, sem distinção político partidária, de credo religioso, gênero ou raça;
- c) Identificar as formas de organização social da comunidade local;
- d) Sensibilizar a sociedade para a importância de investimentos em saneamento básico, seus benefícios e vantagens;
- e) Garantir a divulgação de informações quanto à execução de todas as etapas de realização do PMSB, dos eventos previstos e propostas elencadas, das agendas de reuniões e o cronograma de atividades;
- f) Garantir mecanismos de divulgação e comunicação para a disseminação e o acesso às informações na fase de Diagnóstico e estudos preliminares dos serviços prestados, quando do início da elaboração do PMSB;
- g) Descrever as características, a realidade prática das estruturas econômico-sociais e culturais locais de forma participativa;
- h) Estabelecer canais para recebimento de sugestões e comentários, em todas as fases do PMSB, garantindo a avaliação e resposta a todas as propostas apresentadas;
- i) Identificar percepções sociais, conhecimentos e anseios da população a respeito do Saneamento Básico;
- j) Criar ferramenta eficiente de elaboração, acompanhamento e monitoramento do PMSB pela população (por meio da criação de um Sistema de Informações Municipais);
- k) Hierarquizar a aplicação de programas e investimentos considerando as necessidades reais e os anseios da população;
- l) Identificar alternativas de soluções de saneamento, com base na cultura, hábitos, percepções e atitudes da população, em nível local;
- m) Desenvolver e estimular a participação e o acompanhamento por parte dos delegados e ou conselheiros eleitos, seja no Conselho da Cidade ou em qualquer outro que opção pela Lei Municipal de saneamento Básico;
- n) Sensibilizar gestores e técnicos municipais para o fomento de ações de educação ambiental e mobilização social de forma permanente, com vistas a apoiar os



programas, projetos e ações de saneamento básico a serem implantadas por meio do PMSB;

- o) Estabelecer parcerias com os conselhos municipais e com outras instancias de participação popular existentes no município como: comissões setoriais, associações de moradores, movimentos sociais etc.



4. FORMAÇÃO DOS COMITÊS DE COORDENAÇÃO E EXECUTIVO

O Comitê de Coordenação e o Comitê Executivo serão responsáveis pela elaboração da Política Pública de Saneamento e do respectivo Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), que envolve a realização do diagnóstico, do prognóstico, dos planos e projetos, assim como discutir e subsidiar o legislativo a criação da Lei Municipal de Saneamento Básico.

O Comitê Executivo será o responsável pela operacionalização e produção técnica do processo de elaboração do PMSB, e terá a seguinte composição:

I- Representantes do Poder Executivo:

- Secretário Municipal de Meio Ambiente ou cargo equivalente;
- Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- Representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- Representante da Secretaria Municipal de Obras;
- Representante da Secretaria Municipal de Educação.

II- Representante da Câmara de Vereadores:

- Um representante indicado pela câmara.

III- Representantes dos Prestadores de Serviço:

- Um representante que atue no município.

IV- Representantes da Sociedade Civil:

V- Outras Instituições:

- Representantes de Conselhos Municipais e Comitês Gestores
- Representante da Universidade (apoio técnico);

O Comitê de Coordenação deverá validar os produtos do PMSB, e demais documentos definidos no processo de elaboração da Política Pública de Saneamento e do respectivo Plano Municipal de Saneamento Básico. O Comitê de Coordenação será responsável pela coordenação e acompanhamento do processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), e terá a seguinte composição:

I- Representantes do Poder Executivo:

- Representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- Representante da Secretaria Municipal de Obras.

II- Representante do Poder Legislativo:

- Um representante indicado pela câmara.



III - Representante da Sociedade Civil:

- Um representante indicado pelas instituições da sociedade civil organizada.

IV- Representantes dos Prestadores de Serviço:

- Um representante que atue no município.

V- representantes de outras instituições:

- Representante da Funasa, se for o caso;
- Representante da consultoria contratada, se for o caso.

O primeiro passo para a elaboração do PMSB é a instalação desses comitês e em seguida a aprovação do Plano de Trabalho.

4.1 COMPOSIÇÃO DOS COMITÊS NO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO TRAIRI

No município de São Bento do Trairi/RN a equipe do comitê de coordenação é composta por 1º Agente de Endemias, 1ª Vereadora, conforme pode ser observado no gráfico abaixo (Quadro 2).

Quadro 2 - Membros do Comitê de Coordenação

N.	Nome	Formação	Cargo/Função	Contato
1	Rafael dos Santos Matias	Ensino Médio	Secretário Municipal de Administração e Planejamento	(84) 988570236
2	Márcia Cristina de Sousa Araújo	Serviço Social	Secretária Municipal de Assistência Social	(84) 988085783
5	Maria Gorete Dias	Ensino Médio	Conselheira Tutelar	--
7	Rodrigo Gleidson dos Santos	Técnico em Aquicultura Agricultura	Agente da UMC	(84) 987312702
9	Juliana Patrícia de Oliveira Pessoa Dantas	Pedagoga	Secretária Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo, Recursos Hídricos e Turismo	(84) 988164873
11	Giuliana Carolina da Silva	Administração	Secretária Municipal de Educação	--
13	Antônio José dos Santos	Técnico em Vigilância	Técnico em Vigilância	--



		Sanitária	Sanitária	
15	Adriano Silva de Oliveira	Ensino Médio	Vereador	(84) 987193148

Fonte: Comitê Executivo do PMSB de São Bento do Trairi, 2017.

No município de São Bento do Trairi/RN o comitê de execução está composto de 1ª assistente social, 1º Técnico em Vigilância de nível médio técnico. Conforme pode ser observado na tabela abaixo.

Quadro 3 - Membros do Comitê Executivo

N.	Nome	Formação	Cargo/Função	Contato
1	Antônio José dos Santos	Técnico em Vigilância Sanitária	Agente administrativo	(84) 988032046
2	Susana Ferreira da Silva	Assistente Social	Assistente Social	(84) 9 87794325
3	Celiana Venceslau da Costa	Ensino Médio	Agente Comunitário de Saúde	--
4	José Jadson dos Santos Silva	Graduação em Geografia	Coordenador de Meio Ambiente	(84) 988831388
5	Maria do Socorro Soares dos Santos	Ensino Médio	Agente Comunitário de Saúde	--
6	Daniela Freitas de Souza	Ensino Médio	Conselheira tutelar	--
7	Carlos Alexandre de Sousa Costa	Pedagogo	Conselheiro Tutelar	--
8	André Augusto de Souto França	Ensino Médio	Assessor de imprensa	--
9	Leanderson Cleiton da Silva	Ensino Médio	Coordenador de Recursos Humanos	--
10	Amanda Rafaela dos Santos Lopes	Serviço Social	Coordenadora do Bolsa	--
11	Alexandro Florentino Da Silva	Ensino Médio	Secretário de obras	--
12	Janiedson Ferreira da Silva	Ensino	Secretário adjunto de obras	--
13	José Roberto Munis Cunha	Engenheiro Civil	Engenheiro Civil	--
14	Francisco Romário dos Santos Silva	Ensino Médio Incompleto	Subcoordenador dos programas educacionais	--
15	Francisca Joseni Viana de Medeiros	Pedagoga	Secretária adjunta de	--

Fonte: Comitê Executivo do PMSB de São Bento do Trairi, 2017.



5. REUNIÕES DE PLANEJAMENTO DAS AÇÕES

Para a execução das ações de mobilização, em todas as etapas de elaboração do PMSB, faz-se necessário que as atividades sejam muito bem planejadas. Para isso, serão realizadas reuniões de planejamento dessas ações.

5.1 REUNIÕES COM O CONSELHO EXECUTIVO

Momentos para orientação, discussão, avaliação, deliberação sobre a condução das atividades inerentes à elaboração do plano. O Conselho Executivo deverá tomar todas as providências para garantir o bom andamento das atividades, possibilitando a ampla participação da população; também deverá facilitar a articulação com os diversos órgãos e instituições envolvidos no processo, na busca de informações e multiplicando conhecimentos necessários à elaboração do PMSB do município. Deve ainda definir o cronograma das atividades, os locais de realização, o material que será utilizado na divulgação e na mobilização da população, os materiais que serão utilizados nas oficinas, reuniões, assim como a logística necessária para a realização dos eventos em cada setor do município.

Objetivo: As reuniões terão o caráter de organização, orientação, de articulação dos conhecimentos e de deliberação sobre etapas, atividades e produtos do PMSB, além de definir responsáveis para o bom andamento das atividades previstas no Plano de Trabalho.

Metodologia a ser adotada:

- Apresentação de agenda pré-estabelecida;
- Orientação sobre o desenvolvimento dos trabalhos: metodologia e conteúdo;
- Discussão de problemas surgidos no desenvolvimento dos trabalhos;
- Exposições complementares e específicas sobre temas que demandem decisões articuladas das diversas áreas da Prefeitura para o desenvolvimento dos serviços, bem como acerca de propostas sobre alternativas envolvendo o prosseguimento dos trabalhos, bem como sobre orientações requeridas para a execução do Plano;
- Aprovação e deliberação sobre assuntos, temas e documentos apresentados;
- Sistematização das decisões através de registro documental, além de relatório fotográfico da reunião (Prefeitura Municipal de Natal/Start, 2014).



Responsáveis pelas Reuniões do Conselho Executivo:

As reuniões serão conduzidas pelo coordenador do Conselho a quem caberá organizar, sistematizar e fazer cumprir a agenda pré-estabelecida. O coordenador nomeará um secretário para o registro das decisões em relatório ou documento equivalente e para o relatório fotográfico (Prefeitura Municipal de Natal/Start, 2014).

As reuniões com o Conselho Executivo serão ordinariamente mensais, podendo ser realizadas extraordinariamente quantas forem necessárias, de acordo com a conveniência e a necessidade do trabalho.

Falta quadro 5: Setores de Mobilização Social do Município de São Bento do Trairi

O município não preencheu os dados de locais de mobilização, como capacidade do local e descrição da infraestrutura disponível, informações constituintes do quadro 6 deste plano. Dada as dificuldades de realizar contato com os responsáveis pela elaboração do documento, não conseguimos obter tais dados.

➤ **Infraestrutura dos Setores de Mobilização**

Para garantir a participação, em cada Setor de Mobilização acontecerão reuniões (oficinas), para exposição de etapas do plano e discussão das mesmas com a população. A realização dessas atividades exige uma logística adequada, para que se possam atingir os objetivos de cada etapa da elaboração do Plano, com a efetiva participação da população.

Nesse sentido, fez-se necessário:

- Identificar e reservar locais de reuniões acessíveis à população, prevendo a quantidade e o conforto de participantes;
- Disponibilizar recursos materiais para operacionalizar as reuniões e a conferência (microcomputadores, retroprojeter, "flipchat", mapas impressos etc.);
- Disponibilizar recursos humanos para operacionalizar as reuniões e a conferência;
- Prever a contratação de lanche, água, café e almoço de acordo com o tamanho e objetivo da reunião e a realidade dos participantes;
- Prever deslocamento da população de áreas distantes ou outros bairros, com o aluguel de ônibus ou outro meio de transporte comum à região;
- Orçar todos os custos da infraestrutura



Foram levantados os locais disponíveis, em cada setor de mobilização, bem como a infraestrutura existente em cada um deles, de forma a suprir as necessidades acima estabelecidas, conforme Quadro 6.

Falta imagens dos setores de mobilização

Devido as dificuldades de contato com os comitês responsáveis pela elaboração do documento não obtivemos registros fotográficos da infraestrutura dos locais de mobilização.



**Plano Municipal de Saneamento Básico
São Bento do Trairi – RN**





6. METODOLOGIA DO PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

6.1. ATORES SOCIAIS E PÚBLICO ALVO

Para o sucesso da mobilização social, tendo como objetivo a participação na elaboração de políticas públicas, a primeira ação a ser feita é a identificação dos atores sociais e a caracterização do público alvo.

6.1.1 Atores Sociais

Entre os atores sociais destacam-se:

- Poder Público: é o conjunto de órgãos com autoridades para realizar os trabalhos do Estado. Também chamados de Poderes Políticos, no sentido amplo, representa o próprio governo, no conjunto de atribuições, legitimadas pela soberania popular. Ainda fazem parte do poder público as instituições do Legislativo e do Judiciário;
- Imprensa/meios de comunicação: são fontes de publicidade e notícias que colaboram com o exercício do controle social sobre o processo, assim como na mobilização social;
- Associações da Sociedade Civil Organizada: organizações e instituições cívicas voluntárias que formam a base de uma sociedade em funcionamento;
- Lideranças comunitárias: envolvem influência, poder e intervenção nas tomadas de decisões públicas, em uma ou mais esferas de atividades;
- Lideranças religiosas: assim como as lideranças comunitárias as lideranças religiosas exercem influência, poder e intervenção nas tomadas de decisões públicas, em uma ou mais esferas de atividades.

Os atores e parceiros irão auxiliar no processo de divulgação e das ações de mobilização social, bem como na transmissão dos conhecimentos adquiridos durante o processo.

No município de São Bento do Trairi/RN foram identificados os seguintes atores sociais (Quadro 4) que podem protagonizar papéis importantes na elaboração do PMSB:

Quadro 4 - Atores sociais identificados no município de São Bento do Trairi/RN

Instituição	Localização (Sede ou Comunidade Rural)	Responsável/ Representante	Contato
Câmara Municipal dos	Sede do município	Josival Gonçalves	(84)



vereadores		da Costa	986217266
Juiz da comarca de St ^a Cruz e promotor	Santa Cruz/RN	Juiz e/ou promotor do Ministério Público Estadual da cidade de Santa Cruz. Rua Lourenço da Rocha, 128 – Centro. CEP:59200-000	Telefone: 3291.6929 e-mail: 01pmj.santaacruz@mprn.mp.br E 02pmj.santaacruz@mprn.mp.br
Associação dos Produtores Rurais do Camelo	Comunidade Rural	Maria de Fátima França Dantas	(84) 988367031
Radio comunitária Princesa FM 87.98	Sede do município	José Lindomar	—
Blog Trairi agora	Sede do município	André Augusto de Souto França	http://trairia.ora.blogspot.com.br/

Fonte: Comitê Executivo do PMSB de São Bento do Trairi, 2017.

O envolvimento da população torna-se o foco central da mobilização social. Para isso a identificação das parcerias é fundamental, bem como dos espaços de mobilização já existentes no município. Assim, a execução do Plano de Mobilização deve promover a conscientização dos diferentes atores sociais sobre o seu papel na elaboração do PMSB.

O PMS será realizado com o foco em responder as questões apresentadas na Figura 02, definindo os objetivos, as estratégias, a metodologia, as ações, os atores e o cronograma para garantir o envolvimento da população como um todo (Figura 02).

Figura 02: Diagrama do Plano de Mobilização Social



Fonte: FUNASA, 2012.

6.1.2. Público Alvo

Constitui o público alvo para a mobilização social todos os indivíduos que usufruem ou usufruirão de uma forma direta ou indireta dos sistemas de saneamento básico do município, seja o abastecimento de água tratada, coleta e tratamento de esgoto, sistemas de drenagem urbana ou o manejo de resíduos sólidos e limpeza urbana.



Assim, o público alvo desta proposta compreende a população do município de São Bento do Trairi/RN em sua totalidade. No entanto, parte das ações previstas tem como foco a sociedade civil organizada e instituições de interface com o tema, a saber: Conselhos

Municipais da Cidade tais como de Saúde, Habitação, Meio Ambiente, Educação, ONGs e demais instituições ligadas ao Meio Ambiente, entidades representativas de bairros e/ou regiões do município etc.

No censo demográfico do IBGE do ano de 2010, a população urbana era de 1.884 mil habitantes e a população rural eram de 2.021 mil habitantes, tendo uma população total de 3.905 habitantes. Para o ano de 2016, o IBGE estima que a população de São Bento do Trairi/RN, possui sua população estará em torno de 4. 372² mil habitantes, representando o aumento de 11.8% em sua população.

6.2 ETAPAS DA EXECUÇÃO DO PLANO DE MOBILIZAÇÃO

Depois de constituídos os comitês, identificados os atores sociais e identificadas as características gerais da população, faz-se necessário realizar a setorização do município, definir os espaços de participação e os canais de comunicação.

6.2.1 Setorização Municipal

A elaboração do Plano de Mobilização Social ocorre na fase inicial do PMSB, quando serão planejadas todas as medidas aplicadas ao longo de todo o período de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, visando garantir a efetiva participação social. Assim, a Setorização dos municípios garante a participação social da população na formação do Plano.

A Mobilização Social deverá prever os meios necessários para a realização de eventos (debates, oficinas, reuniões, seminários, conferências, audiências públicas, entre outros), garantindo que tais eventos alcancem no mínimo as diferentes regiões administrativas e distritos afastados de todo o território municipal.

² População estimada para o ano de 2016 para o município de São Bento do Trairi/RN. Fonte: <http://cidades.ibge.gov.br/cartograma/mapa.php?lang=&coduf=24&codmun=241170&idtema=1&codv=v01&se arch=rio-grande-do-norte/sao-bento-do-trairi/sintese-das-informacoes->, acesso em nov de 2016.



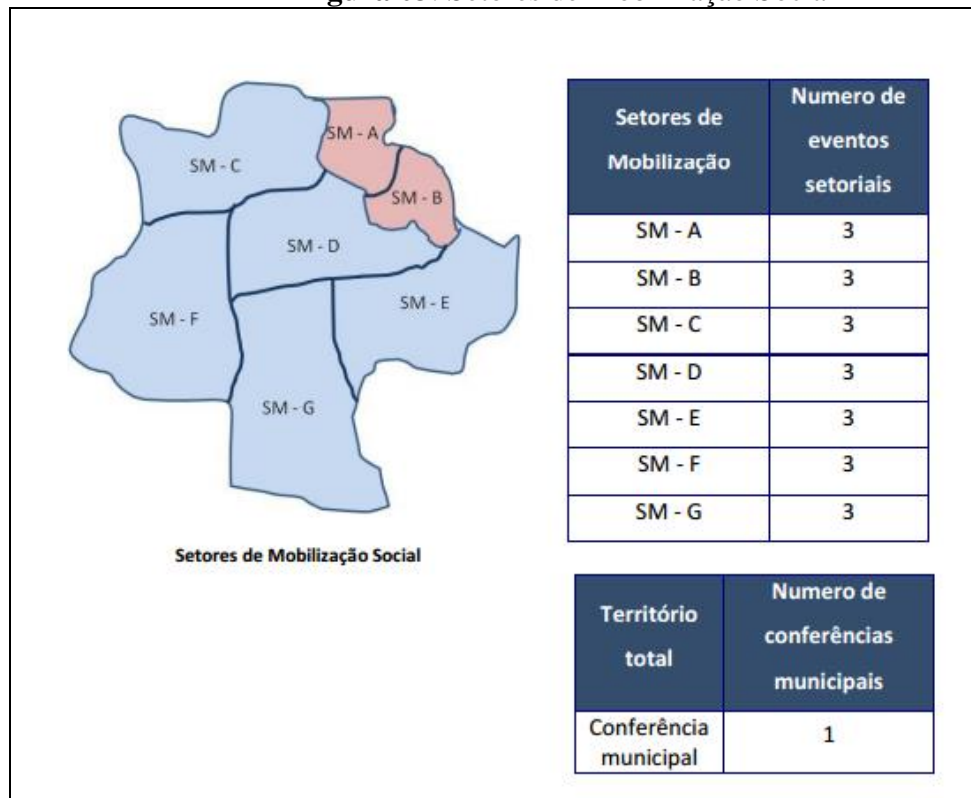
Para isso, sugere-se organizar o município em Setores de Mobilização, os quais seriam locais planejados para receberem eventos participativos, sendo distribuídos pelo município de forma a promover a presença da comunidade. Esta Setorização consiste na divisão territorial a partir de áreas que variam de acordo com afinidades e proximidades entre as comunidades, bairros ou distritos, no intuito de uma melhor abordagem e organização da população para viabilizar a participação social.

Setores de Mobilização (SM) são agrupamentos de comunidades, bairros, distritos etc., usados como unidade de planejamento para a mobilização social. São os locais onde serão realizados os eventos para discussões e participação da comunidade em cada fase da elaboração do PMSB (diagnóstico, prognóstico, plano de ação e conferência) (BRASIL, 2012).

A Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) considera que para cada setor de mobilização social devem ser feitos no mínimo três eventos, coerentemente com os objetivos de cada fase do PMSB. A seguinte forma é aconselhada: um evento para a fase de diagnóstico, outro para a fase de prognóstico, mais um para as fases de priorização de objetivos e/ou programas e, ainda, uma conferência municipal. Esta conferência deverá ter a representação de todos os setores do município, as organizações e cidadãos que residem nos setores de mobilização.

A Figura 03 demonstra o modelo de setorização, a partir da divisão territorial do município, de acordo com Termo de Referência da Funasa.

Figura 03: Setores de Mobilização Social



Fonte: Termo de Referência da Funasa (2012)

A setorização garante a inserção das perspectivas e aspirações da sociedade, seus interesses múltiplos e a apreciação da efetiva realidade local para o setor de saneamento que serão discutidas nos eventos, procurando sempre resultar em consensos mínimos em relação ao que for decidido.

O Termo de Referência da FUNASA, para Elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico, apresenta os seguintes objetivos para a participação social da população na formação do Plano:

- Para a sociedade, sensibilizar-se para a importância de investimentos em saneamento básico, os benefícios e vantagens; conscientizar-se para a responsabilidade coletiva na preservação e na conservação dos recursos naturais e envolver a população na discussão das potencialidades e dos problemas de salubridade ambiental e saneamento básico, e suas implicações.
- Para gestores e técnicos municipais: sensibilizar-se para o fomento das ações de educação ambiental e mobilização social, de forma permanente, com vistas a apoiar os programas, projetos e ações de saneamento básico a serem implantadas por meio do PMSB.



- E, por fim, para garantia das aplicações: considerar as necessidades reais e os anseios da população, levando em conta o ponto de vista da comunidade no levantamento de alternativas de soluções de saneamento para a hierarquização da aplicação de programas e seus investimentos.

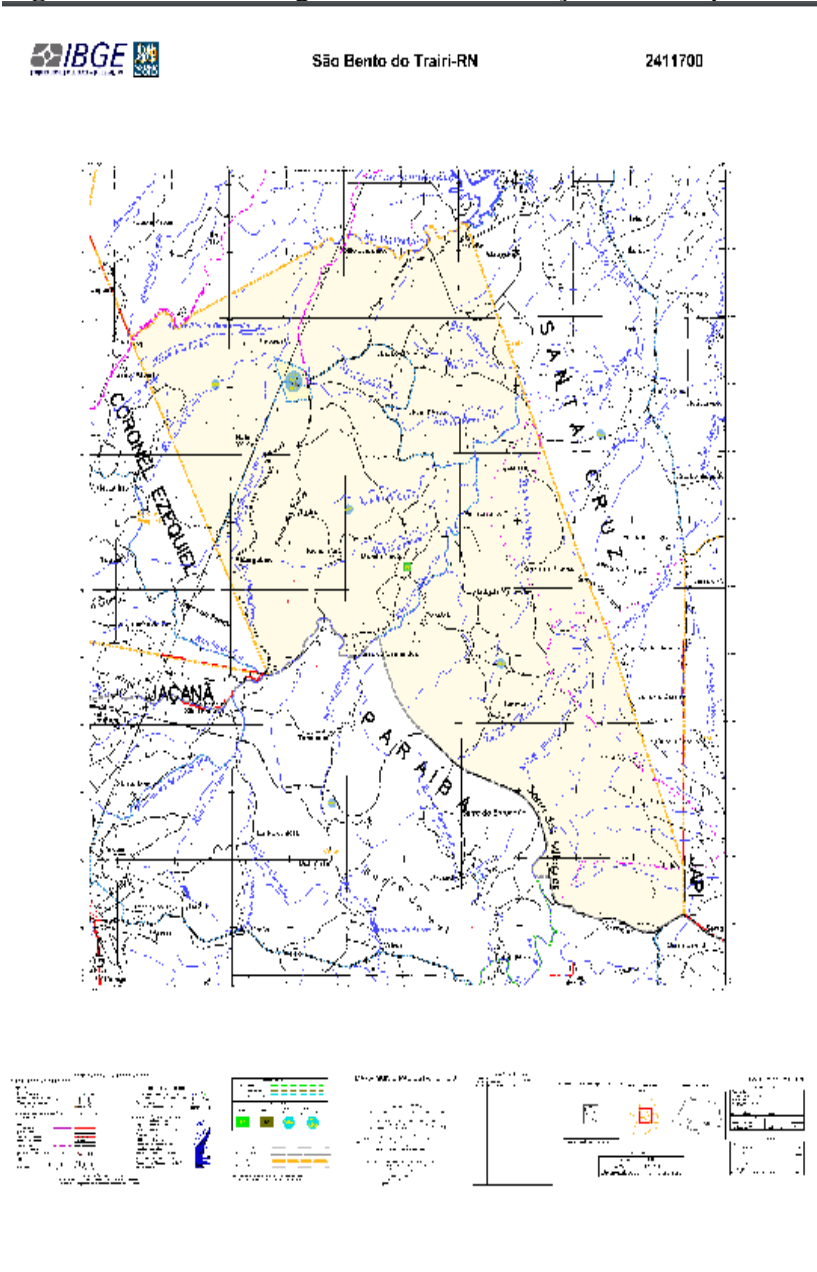
Diante disso, e tomando como parâmetro o Projeto de Apoio Técnico para Elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico, realizado a partir do convênio entre a UFRN e a FUNASA, que atenderá 86 municípios do estado do Rio Grande do Norte, a setorização será realizada da seguinte forma:

1. Nas oficinas, os responsáveis pela construção dos Planos Municipais de Saneamento Básico, juntamente com seus coordenadores (responsáveis por apoiá-los), farão a setorização de acordo com os critérios estabelecidos pelo termo de referência e a realidade de cada município, no intuito de aproveitar suas experiências e o conhecimento empírico dos seus respectivos lugares;
2. A setorização será realizada com mapas municipais estatísticos do IBGE e serão impressos em tamanho A1, contendo diversas informações como a localização e identificação de comunidades e de centros urbanos, estradas, aspectos físicos (bacias hidrográficas, relevo etc.), entre outras características e especificidades que subsidiarão a realização da setorização. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística (IBGE), estes mapas “são bases cartográficas elaboradas para os trabalhos de recenseamento e apresentam, além do limite do município em questão, os limites dos setores censitários - menor unidade de espaço para os dados a serem levantados”.

Em relação aos dados encontrados na base cartográfica (Figura 04), podem-se destacar os elementos planimétricos, como: as edificações, linha transmissora de energia, linha telefônica, rodovias; elementos altimétricos e elementos da hidrografia, como: cursos d’água e poços. As escalas dos mapas variarão de acordo com o tamanho dos limites territoriais dos municípios, para que as informações tenham representatividade em termos visuais.

Figura 04: Base Cartográfica com informações municipais



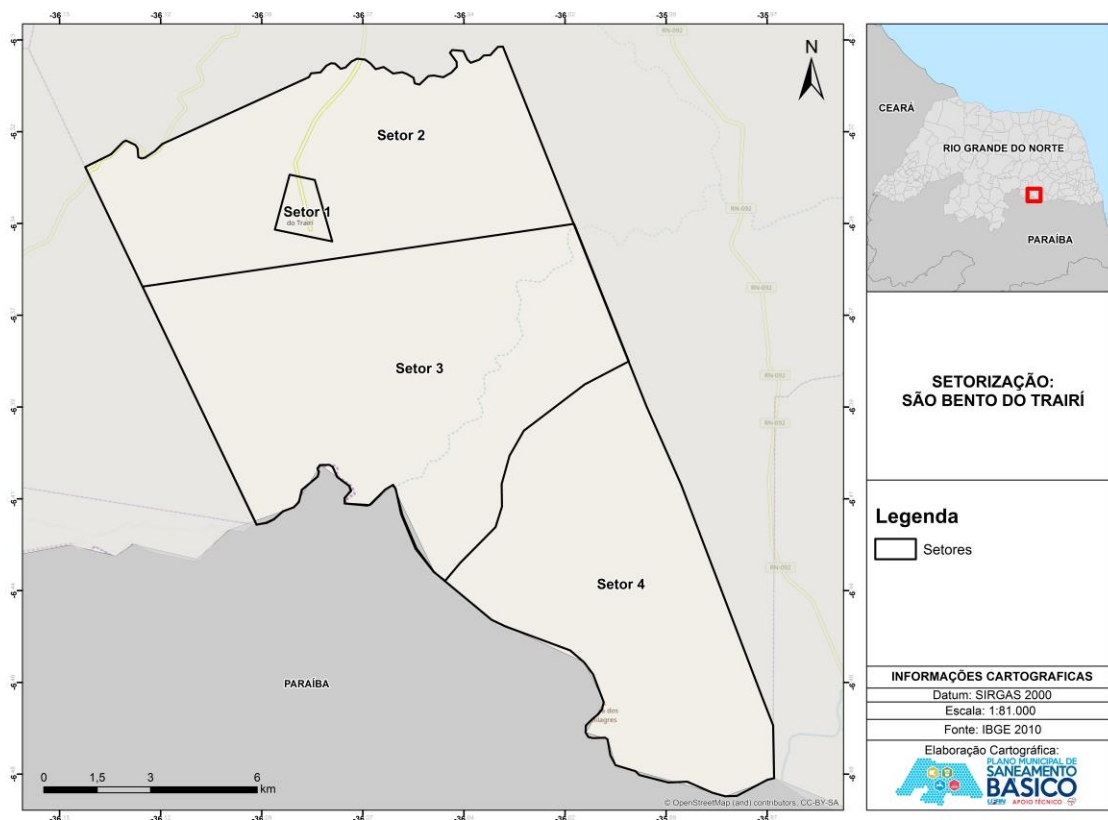
Fonte: IBGE (2010)

3. As informações sobre a setorização, obtidas com os representantes dos municípios serão cartografadas de maneira mais precisa e com informações atualizadas de sua população. Para este momento, será usado o geoprocessamento como instrumental tecnológico que permitirá sistematizar e espacializar as informações dessa setorização. Esse procedimento será realizado em laboratório, onde serão vetorizados todos os setores criados pelos gestores e/ou técnicos acompanhados de seus coordenadores em cada grupo de municípios.

4. Posteriormente, os mapas criados a partir das informações obtidas pelos coordenadores de grupos com os municípios servirão de base para as ações e atividades do Plano de Mobilização Social. Este plano é uma orientação e um incentivo aos diferentes atores sociais para a realização de ações pautadas pelo diálogo com os órgãos públicos de interesse sobre a importância do saneamento básico. As atividades sugeridas pelo Plano de Mobilização Social são um convite à participação efetiva da sociedade no controle social das ações deflagradas e através dos mapas obtidos auxiliarão na efetivação da participação social.

Com o trabalho realizado em parceria entre a equipe do município e a equipe de apoio técnico da UFRN obteve-se o seguinte resultado da setorização do município de São Bento do Trairi (Mapa 03; Quadro 05)

Mapa 03 -- Setorização para sensibilização de São Bento do Trairi/RN



Fonte: Pesquisa do PMSB, 2017.



Quadro 05 - Setores de Mobilização Social do Município de São Bento do Trairi

Setor de Mobilização	Comunidades Participantes	População estimada
Setor 1º zona urbana	Sede do município de São Bento do Trairi/RN	1.884 ³ mil habitantes
Setor 2º zona rural	Sítio Volta, Sítio Riacho Fundo, Sítio São Francisco, Sítio Capoeira e Sítio Pau-d'arco.	900 ⁴ habitantes
Setor 3º zona rural	Sítio Baixa Verde, Sítio Telha, Sítio Mundo Novo, Sítio Pau do Leite, Sítio Remédio, Sítio Ipueiras e Sítio Tamanduá.	1000 habitantes
Setor 4º zona rural	Sítio Malhada Vermelha e Sítio Borges	121 habitantes

Fonte: Comitê Executivo do PMSB de São Bento do Trairi, 2017.

Infraestrutura dos Setores de Mobilização

Para garantir a participação, em cada Setor de Mobilização acontecerão reuniões (oficinas), para exposição de etapas do plano e discussão das mesmas com a população. A realização dessas atividades exige uma logística adequada, para que se possam atingir os objetivos de cada etapa da elaboração do Plano, com a efetiva participação da população.

Nesse sentido, fez-se necessário:

- Identificar e reservar locais de reuniões acessíveis à população, prevendo a quantidade e o conforto de participantes;
- Disponibilizar recursos materiais para operacionalizar as reuniões e a conferência (microcomputadores, retroprojeto, "flipchart", mapas impressos etc.);
- Disponibilizar recursos humanos para operacionalizar as reuniões e a conferência;
- Prever a contratação de lanche, água, café e almoço de acordo com o tamanho e objetivo da reunião e a realidade dos participantes;
- Prever deslocamento da população de áreas distantes ou outros bairros, com o aluguel de ônibus ou outro meio de transporte comum à região;
- Orçar todos os custos da infraestrutura

Foram levantados os locais disponíveis, em cada setor de mobilização, bem como a infraestrutura existente em cada um deles, de forma a suprir as necessidades acima estabelecidas, conforme Quadro 6.

³ Segundo o censo do IBGE de 2010

⁴ Esses dados foram elaborados apenas com base na discussão do grupo, ainda vamos a campo fazer o levantamento.



Quadro 6 – Infraestrutura disponível nos setores de mobilização do município de São Bento do Trairi/RN

Setor de Mobilização	Local da mobilização	Capacidade do local	Contatos para agendar o local	Descrição da infraestrutura EXISTENTE (banheiros, estrutura para utilização de equipamentos audiovisuais)	Descrição da infraestrutura NECESSÁRIA (equipamentos audiovisuais, lanches, transporte)
Sede do município	Escola Municipal José Ribeiro da Silva	100	Diretor da Escola Municipal José Ribeiro da Silva ou com a secretária municipal de educação.	A escola possui banheiros masculino e feminino, salas de aula, retroprojeter, computadores e caixa de som.	Lanches e materiais para as oficinas.
Comunidade baixa verde	Escola Municipal do campo	40	Diretor da Escola Municipal do campo ou o coordenador da educação no campo.	A escola só possui a infraestrutura básica: banheiros, cadeiras, quadro negro e birô.	Lanches, materiais para as oficinas, retroprojeter, computadores e caixa de som.
Comunidade remédio	Escola Municipal do campo	40	Diretor da Escola Municipal do campo ou o coordenador da educação no campo.	A escola só possui a infraestrutura básica: banheiros, cadeiras, quadro negro e birô.	Lanches, materiais para as oficinas, retroprojeter, computadores e caixa de som.
Comunidade malhada vermelha	Escola Municipal do campo	40	Diretor da Escola Municipal do campo ou o coordenador da educação no campo.	A escola só possui a infraestrutura básica: banheiros, cadeiras, quadro negro e birô.	Lanches, materiais para as oficinas, retroprojeter, computadores e caixa de som.

Fonte: Comitê Executivo do PMSB de São Bento do Trairi, 2017.



6.2.2 Sensibilização

Considerando que um dos objetivos do termo de referência da FUNASA relacionado à participação social na elaboração do PMSB é "sensibilizar a sociedade para a importância de investimentos em saneamento básico, os benefícios e vantagens", a escolha das estratégias para que isso se realize torna-se fundamental para a efetiva participação da população nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico.

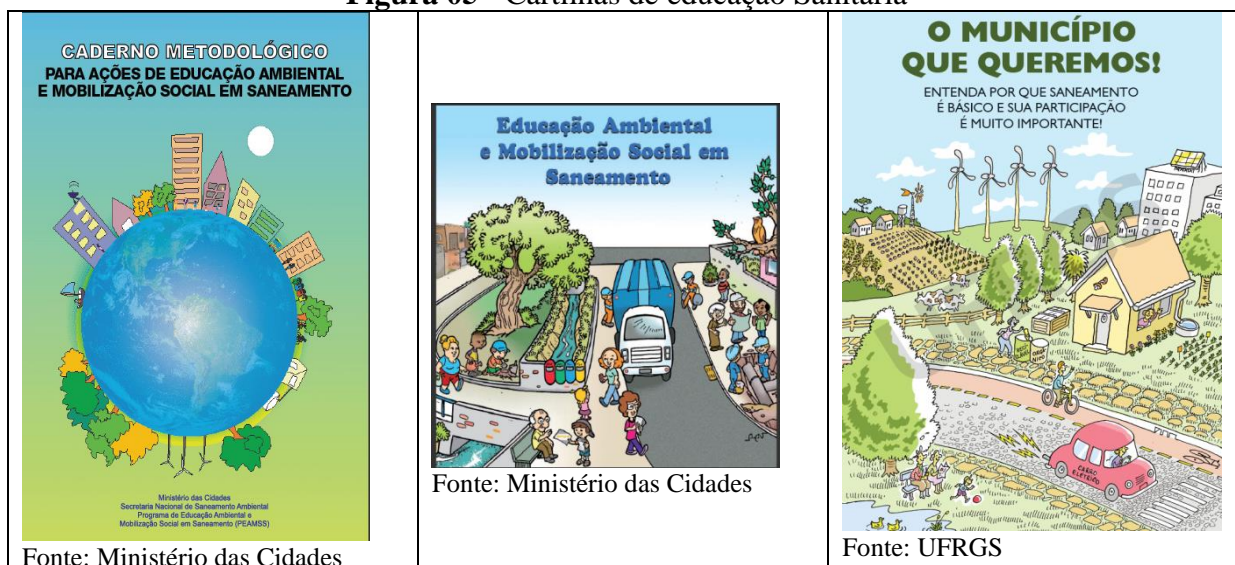
Como se trata de um tema que faz parte do cotidiano das pessoas, porém com aspectos técnicos que as mesmas desconhecem, inicialmente é fundamental que sejam difundidas informações e esclarecimentos sobre a importância dos serviços para a melhoria da qualidade de vida da população. Todavia, isso não deve ser feito a partir de uma única linguagem nem através de uma comunicação verticalizada e tecnocrática.

a) Difusão de informação

Para fazer com que as informações sobre o Projeto e a importância do saneamento básico sejam difundidas entre a população do município será realizada a divulgação de material na rede de ensino do município. Essa estratégia possibilitará que as informações atinjam a maioria das famílias, uma vez que a grande maioria das crianças e adolescentes estão inseridos na rede de ensino.

Para isso, o Comitê Executivo realizará visitas nas escolas do município distribuindo folder e cartilhas sobre a importância do saneamento básico e sobre o Projeto de elaboração do Plano Municipal. O folder terá que ser elaborado pelo Comitê Executivo e as cartilhas podem ser utilizadas as disponibilizadas pela Equipe de Apoio da UFRN (Figura 05).

Figura 05 - Cartilhas de educação Sanitária



Fonte: Comitê Executivo do PMSB de São Bento do Trairi, 2017.

b) Oficina de Educação Sanitária

Esse evento será realizado em todos os setores de mobilização do município. Para isso deverá ser feita uma campanha de divulgação da oficina, com no mínimo 15 dias de antecedência, para que se tenha a participação do máximo possível de pessoas em cada setor de mobilização.

O objetivo dessa oficina é apresentar as atividades a serem desenvolvidas, a importância da participação e conceito de saneamento básico e seus componentes e as relações do saneamento básico com a saúde e o desenvolvimento social. Para tanto, deve se construir um ambiente descontraído, estimulando a participação de todos.

Como objetivos específicos essa oficina deve:

- Informar sobre a importância do PMSB, o desenvolvimento do trabalho e da metodologia proposta;
- Divulgar todos os eventos - etapas de reuniões por setores (SM) e conferência;
- Informações sobre a importância do levantamento de parceiros, formadores de opinião e lideranças locais, conselheiros municipais etc.;
- Informar a metodologia de coleta de demandas em formulário próprio durante a 2ª reunião do SM.
- Informar sobre a coleta de dados do Diagnóstico e dos Indicadores atuais e da necessidade de apoio das lideranças locais para esse trabalho.
- Informar que a pesquisa buscará dados sobre os serviços de saneamento prestados, a realidade local e atual, aspectos operacionais, aspectos legais, aspectos construtivos, fragilidades ambientais e necessidades;
- Relatar a metodologia dos trabalhos e se ocorrer pesquisa de campo com questionários porta a porta;



- Relatar sobre a sequência de eventos e sobre a metodologia de eleição de delegados para a Conferência Municipal;
- Incentivar o grupo a expor suas ideias;
- Sistematizar as falas construindo ideias que serão registradas em ata. Sugere-se nessa etapa a utilização do método de Tempestade de Ideias ou Explosão de Ideias (brain storm), a partir de questões levantadas pelo moderador da reunião para coletar as primeiras impressões do público (FUNASA; CREA-MG, 2013).

As oficinas de Educação Sanitária serão convocadas pelo Comitê de Execução com o apoio dos líderes comunitários, que devem ser convidados a envolver-se no processo de elaboração do PMSB, e contará com a colaboração de professores e diretores das escolas localizadas nos setores de mobilização. Nesses espaços de debate e de disseminação de conhecimento os trabalhos deverão ser conduzidos pelos membros do Comitê de Execução.

Metodologia a ser adotada:

- Convocação da população através de faixas, carros de som, rádios comunitárias, redes sociais como: facebook, twitter, sites entre outras;
- Preparação do material a ser utilizado na oficina;
- Abertura dos trabalhos e apresentação da equipe;
- Esclarecimentos sobre os objetivos do PMSB e da oficina;
- Apresentação e discussão da metodologia a ser adotada na oficina;
- Apresentação sobre o saneamento, utilizando linguagem diversificada (pode ser apresentações artísticas)
- Criação de espaços democráticos de participação, com dinâmicas de grupo;
- Sistematização das participações através de registro documental e de relatório fotográfico.

O Quadro 7 apresenta de forma sintética as etapas do evento.

Quadro 7 – Desenvolvimento das atividades da Oficina de Educação Sanitária

Descrição de cada etapa do evento	Moderador	Tempo de exposição	Material necessário para o desenvolvimento das atividades
Abertura	Giulianna Caroline da Silva Costa, José Jadson dos Santos Silva e Susana Ferreira da Silva	30 min	Data show e material de divulgação.



Parte teórica	José Jadson dos Santos Silva	45 min	Data show e vídeo.
Parte prática	Susana Ferreira da Silva	40 min	Cartolina e caneta
Discussões	Todos os membros	30 min	Sem material.

Fonte: Comitê Executivo do PMSB de São Bento do Trairi, 2017.

6.2.3 Diagnóstico Técnico- Participativo do Saneamento Básico

Para se ter êxito nessa etapa e garantir a participação social, serão realizadas oficinas para apresentação e discussão junto às comunidades da situação atual dos sistemas de saneamento do município, seus pontos fortes e fracos identificados pelo Comitê Executivo e/ou apontados pelas comunidades, seja pelo preenchimento do questionário, seja por aqueles recepcionados pelos meios disponibilizados de comunicação direta via sítio eletrônico.

Para a realização dessa etapa do PMSB deverão ser definidos locais, data e horário da oficina. Caberá ao Comitê Executivo a confecção dos seguintes recursos para a divulgação dessas reuniões: folders e faixas (Vide Plano de Comunicação), bem como inserções em rádio. A distribuição dos folders será feita pelos agentes de saúde e estarão disponíveis em locais de grande circulação, juntamente com as faixas de divulgação, sendo esses locais identificados pelos Comitês (FUNASA; PM DE MATINHOS; AMPLA, 2013).

Nas reuniões poderão também ser devolvidos os questionários de percepção da sociedade quanto aos serviços de saneamento básico local, aos quais serão juntados os encaminhados anteriormente, sendo posteriormente compilados e os resultados apresentados no Relatório de Diagnóstico em sua versão final (FUNASA; PM DE MATINHOS; AMPLA, 2013).

O Relatório de Diagnóstico Preliminar deverá ser disponibilizado dez dias antes do evento, impresso em local a ser definido pelo Comitê de Execução e disponível e acessível também em sítio eletrônico, para consulta e sugestões, para outras eventuais contribuições das comunidades. Poderão ser coletadas ainda antecipadamente contribuições, sugestões e recomendações sociais, em relação às possíveis soluções dos problemas e suas prioridades, ficando divulgados os canais de comunicação e prazos de acatamento de manifestações posteriores (FUNASA; PM DE MATINHOS; AMPLA, 2013).

Durante os eventos serão recepcionadas as sugestões e críticas ao diagnóstico apresentados, de tal forma que, após a devida análise técnica, os pontos validados sejam agregados ao relatório final de diagnóstico dos sistemas de saneamento. É esperado que as



manifestações da sociedade sejam na forma oral e escrita, uma vez que será incentivada a participação popular durante e após os eventos (FUNASA, PM DE MATINHOS, AMPLA, 2013).

O conteúdo dessa oficina de trabalho tem como base o Produto 3, ou seja, o Diagnóstico da situação da prestação dos serviços de saneamento básico e seus impactos nas condições de vida e no ambiente natural, caracterização institucional da prestação dos serviços e capacidade econômico-financeira e de endividamento do Município (B&B ENGENHARIA, 2013).

Posteriormente se procederá com a consolidação do Relatório de Diagnóstico, o qual deverá ser encaminhado para a equipe da UFRN, para a FUNASA e para o Comitê de coordenação que deverá proceder com a avaliação do diagnóstico realizado, assim como ser disponibilizado no site da Prefeitura ou outro espaço utilizado para tal fim.

O Quadro 8 apresenta de forma sintética as etapas do evento.

Quadro 8 – Desenvolvimento das atividades da Oficina de Diagnóstico Técnico-Participativo

Descrição de cada etapa do evento	Moderador	Tempo de exposição	Material necessário para o desenvolvimento das atividades
Oficina	Giulianna Caroline da Silva Costa, José Jadson dos Santos Silva e Susana Ferreira da Silva	2 horas	Data show, material de divulgação, vídeo, cartolina e caneta.
Debate	Giulianna Caroline da Silva Costa, Márcia Cristina Cristina e Mariana Regina Suares dos Santos	2 horas	Data show, material de divulgação e vídeo.
Audiência	Robson Lourenço Xavier, Antônio José dos Santos e João Eudes da Silva	2 horas	Data show e vídeo.

Fonte: Comitê Executivo do PMSB de São Bento do Trairi, 2017.

6.2.4 Prognósticos e alternativas para o Saneamento Básico

Essa etapa será realizada em cada Setor de Mobilização, usando como estratégia a organização de uma oficina. Esta fase envolve a formulação de estratégias para alcançar os objetivos, diretrizes e metas definidas para cada PMSB, incluindo a criação ou adequação da estrutura municipal para o planejamento, a prestação de serviço, a regulação, a fiscalização e



o controle social, ou ainda, a assistência técnica e, quando for o caso, a promoção da gestão associada, via convênio de cooperação ou consórcio intermunicipal, para o desempenho de uma ou mais destas funções (PM DE CATOLÂNDIA; GERENTEC, 2014).

Uma vez definidos locais, data e horário, será de responsabilidade do Comitê de Execução a preparação dos seguintes recursos para a divulgação dessas reuniões: folders e faixas, bem como inserções em rádio e outros canais de divulgação de informações que se tenha disponível. A distribuição dos folders poderá ser feita pelos agentes de saúde e estarão disponíveis em locais de grande circulação, juntamente com as faixas de divulgação, sendo esses locais identificados pelos Comitês (FUNASA; PM DE MATINHOS; AMPLA, 2013).

Para elaborar as alternativas futuras é necessário o Estudo de Demandas. Este considera em geral dois componentes: população e uso ou produção “per capita” dos serviços de saneamento. Serão feitas projeções populacionais considerando o cenário mais provável de crescimento, bem como a situação atual da prestação dos serviços, determinando o “per capita” ou o definindo, caso não existam dados operacionais locais (PM DE CATOLÂNDIA; GERENTEC, 2014).

De acordo com FUNASA & CREA-MG (2013), nessa etapa deve-se:

- Levantar demandas setoriais para a fase do Prognóstico que serão posteriormente priorizadas na Conferência Municipal;
- Considerar os anseios e as necessidades reais da comunidade;
- Considerar o impacto socioambiental e sanitário dos empreendimentos de saneamento existentes e futuros, visando à qualidade de vida;
- Considerar remoções habitacionais e ou demolições parciais (no caso de banheiros, por exemplo);
- Considerar indenizações e reassentamentos populacionais;
- Preocupar com as mudanças de hábitos da população e o impacto na cultura local;
- Preocupar com a isenção e a imparcialidade das ações;
- Informar que as demandas priorizadas na fase do Prognóstico estarão disponíveis no site da prefeitura e em local de grande visibilidade, por 10 dias, para consulta pública;
- Informar que as sugestões apresentadas posteriormente seguirão em formulário próprio, para a 4ª Reunião SM onde serão apreciadas, e, se aprovadas, incluídas;
- Traduzir as demandas elencadas em Programas, Projetos e Ações e Custos (entregues ao órgão responsável na 2ª etapa de reuniões), considerando a viabilidade técnica;

Durante os eventos serão recepcionadas as sugestões e críticas ao material elaborado, de tal forma que, após a devida análise técnica sejam ou não agregados ao relatório final de



prognóstico dos sistemas de saneamento. O Relatório de Prognóstico Preliminar estará disponível por 10 dias antes do evento, num local predefinido pelo Comitê de Execução e disponível e acessível em sítio eletrônico para consulta e sugestões, para outras contribuições das comunidades (FUNASA; PM DE MATINHOS; AMPLA, 2013).

Posteriormente se procederá com a consolidação do Relatório de Prognóstico, o qual deverá ser encaminhado para a equipe da UFRN, para a FUNASA e para o Comitê de Coordenação, que deverá proceder com a avaliação do prognóstico realizado, assim como ser disponibilizado no site da Prefeitura ou outro espaço utilizado para tal fim.

O Quadro 9 apresenta de forma sintética as etapas do evento.

Quadro 9 – Desenvolvimento das atividades da Oficina de Prognóstico

Descrição de cada etapa do evento	Moderador	Tempo de exposição	Material necessário para o desenvolvimento das atividades
Abertura	Giulianna Caroline da Silva Costa, José Jadson dos Santos Silva e Susana Ferreira da Silva	30 min	Data show e material de divulgação.
Parte teórica	José Jadson dos Santos Silva	45 min	Data show e vídeo.
Parte prática	Susana Ferreira da Silva	40 min	Cartolina e caneta
Discussões	Giulianna Caroline da Silva Costa, José Jadson dos Santos Silva e Susana Ferreira da Silva	30 min	Sem material.

Fonte: Comitê Executivo do PMSB de São Bento do Trairi, 2017.

6.2.5 Plano de Execução - Programas, Projetos e Ações

A mobilização da população será feita para garantir a participação social nessa etapa de elaboração do PMSB, com a realização de uma oficina em cada setor de mobilização do município. Nestes eventos serão apresentados e discutidos com a população o Plano de Ação para os sistemas, envolvendo os caminhos a serem adotados para execução dos programas, projetos e ações propostos pelo Comitê de Execução.

De acordo com Gerentec (2014, p. 40), antes de se propor projetos, programas e ações é necessário definir uma base comum de entendimento, a partir das seguintes definições:



- **PRINCÍPIO:** causa básica, aquilo de que decorrem todas as outras proposições. Ex.: direito humano a um ambiente saudável ou direito do cidadão aos serviços de saneamento básico.
- **DIRETRIZ:** conjunto articulado de instruções ou linha que dirige. Ex.: levar saneamento para todas as pessoas.
- **OBJETIVO:** é um ponto concreto que se quer atingir como, p. ex., a universalização dos serviços de esgotamento sanitário. Em geral, vem de uma diretriz mais ampla como saneamento para todos, ambiente saudável e sustentável.
- **META:** detalha e especifica como se pretende alcançar o Objetivo, em termos temporais e quantitativos. Logo, a meta deve ser específica, exequível e relevante. Além disso, deve ser mensurável e ter um prazo definido. Ex.: chegar a 100% do esgoto sanitário coletado e tratado em 2025.
- **AÇÃO:** especifica o que deve ser feito para se alcançar a Meta pretendida, logo detalha o que será executado, especificando como, quando e qual é o responsável

Nessa etapa da elaboração do PMSB e da efetiva participação da população, FUNASA & CREA-MG (2013) destacam que devem ter:

- Apresentação dos resultados finais do Diagnóstico, Indicadores iniciais e Prognóstico;
- Priorização das ações setoriais (Programas, Projetos e Ações e Custos) para a aprovação final na conferência;
- Escolha ou eleição de delegados para participarem da conferência, de acordo com a proporcionalidade originada nas reuniões dos Setores de Mobilização, dentre o percentual de participantes maiores de 16 anos que assinaram a lista de presença;
- Alertar que vereadores não devem ser eleitos delegados, mas devem participar de todas as etapas do processo opinando. Sugere-se convidá-los a participar do Comitê de Coordenação;
- Manter as discussões com mediação de conflitos, não permitindo que o momento se torne tenso ou com disputas acirradas para inviabilizar a condução do processo;
- Alertar que todo o Plano de Ação proposto será atendido a curto, médio ou longo prazo;

A princípio, como nas demais etapas com previsão de realização de atividades nos setores de mobilização, assim que estiverem definidos locais, data e horário, será de responsabilidade do Comitê de Execução a confecção de folders e faixas, bem como inserções em rádio, além da divulgação no site da Prefeitura Municipal ou outro espaço de divulgação dessa atividade. Da mesma forma que nas etapas anteriores a distribuição dos folders será feita pelos agentes de saúde e estarão disponíveis em locais de grande circulação, juntamente com as faixas de divulgação, sendo esses locais identificados pelo Comitê (FUNASA; PM DE MATINHOS; AMPLA, 2013).

Seguindo a mesma lógica da etapa anterior, durante os eventos serão recepcionadas as sugestões e críticas ao material elaborado, de tal forma que, após a devida análise técnica, sejam ou não agregados ao Plano. O Relatório do Plano estará disponível por 10 dias antes do



evento, num local predefinido pelo Comitê de Execução e disponível e acessível em sítio eletrônico para consulta e sugestões, para outras contribuições das comunidades (FUNASA; PM DE MATINHOS; AMPLA, 2013).

Posteriormente, proceder-se-á com a consolidação do Plano, o qual deverá ser disponibilizado no site da Prefeitura ou outro espaço utilizado para tal fim e encaminhado para a equipe da UFRN, para a FUNASA e para o Comitê de Coordenação, os quais deverão proceder com a avaliação do mesmo.

O Quadro 10 apresenta de forma sintética as etapas do evento.

Quadro 10 – Desenvolvimento das atividades da Oficina do Plano de Execução

Descrição de cada etapa do evento	Moderador ⁵	Tempo de exposição	Material necessário para o desenvolvimento das atividades
Abertura	Giulianna Caroline da Silva Costa, José Jadson dos Santos Silva e Susana Ferreira da Silva	30 min	Data show e material de divulgação.
Parte teórica	José Jadson dos Santos Silva	45 min	Data show e vídeo.
Parte prática	Susana Ferreira da Silva	40 min	Cartolina e caneta
Discussões	Todos os membros	30 min	Sem material.

Fonte: Comitê Executivo do PMSB de São Bento do Trairi, 2017.

6.2.6 Conferência Municipal do PMSB

Previamente à realização da Conferência Municipal, com a consolidação dos relatórios anteriores, já se terá uma noção de como ficará o PMSB. A realização dessa conferência tem por finalidade legitimar o processo, dirimir conflitos, anseios e aprovar programas, projetos e ações em saneamento para o município, devendo para isso:

- Apresentar as ações previstas para integrarem o PMSB, descritas e avaliadas técnica, econômica, social e ambientalmente;
- Elencar as prioridades do PMSB, por componentes, eleitas nos Setores de Mobilização;
- Manter as discussões com mediação de conflitos, não permitindo que o momento se torne tenso ou com disputas acirradas para inviabilizar a condução do processo;

⁵ Todos os membros do comitê executivo irão participar do desenvolvimento das atividades.



- Alertar que todas as ações propostas serão atendidas a curto, médio ou longo prazo e quais serão essas propostas;
- Votar o regimento interno e a metodologia dos trabalhos;
- Distribuir os trabalhos em grupo, por componentes do Saneamento Básico ou outra metodologia para a priorização dos programas, projetos e ações;
- Apresentar os trabalhos de grupo na plenária da conferência para a priorização final.
- Apresentar dos resultados municipais priorizados – uso de recursos de mídia ou cartazes;
- Participar representantes de todos os Setores de Mobilização, distribuídos entre delegados eleitos, Comitês de Coordenação e Executivo, autoridades locais e observadores⁶;
- Escolher espaço físico para abrigar todos os delegados eleitos na cidade e que preferencialmente possua salas para trabalhos de grupo (se as discussões acontecerem por componentes do Saneamento);
- Eleger conselheiros municipais para acompanhamento de trabalhos futuros, mobilização visando aprovação da Lei, revisão do PMSB, estudo de indicadores de desempenho, preparação da próxima conferência em 4 anos;
- Distribuição de delegados eleitos por Setores de Mobilização (FUNASA/CREA-MG, 2013, p. 29 e 30).

Todo o material que será utilizado na Conferência Municipal (programas, projetos e ações) ficará liberado para consulta, no site e na forma impressa em local a ser definido pelo comitê de Execução, permitindo a participação social com últimos comentários e sugestões.

O Comitê de Coordenação deverá indicar o local, dia e hora para realização do evento. A Conferência Pública para divulgação final do material completo do Plano Municipal de Saneamento Básico de São Bento do Trairi/RN deverá ser amplamente divulgada, com antecedência de 15 dias da data do evento, num local predefinido pelo Comitê de Execução e disponível e acessível em sítio eletrônico para consulta e sugestões, para outras contribuições da população.

Para divulgação da Conferência Municipal, deverá ser confeccionado os seguintes recursos para a divulgação dessas reuniões: folders, cartazes e faixas, bem como inserções em rádio, blogs, e qualquer outro meio de divulgação, incluídos atividades em escolas e igrejas. A distribuição dos folders será feita pelos agentes de saúde e estarão disponíveis ao público em locais de grande circulação, juntamente com as faixas de divulgação, sendo os locais identificados pelos Comitês (FUNASA, PM DE MATINHOS, AMPLA, 2013).

Por ser um evento único e final, com a participação de toda sociedade, recomenda-se que exista um planejamento para condução do mesmo, para tanto apresenta-se no Anexo I

⁶ Observadores não foram eleitos. Mas serão aqueles parceiros, técnicos interessados, vereadores, outras autoridades, funcionários públicos ou qualquer cidadão que queira participar do processo. Eles têm direito a voz, mas, não votam.



uma proposta de Regimento de Desenvolvimento da Conferência Municipal do PMSB (FUNASA, PM DE MATINHOS, AMPLA, 2013).

Após a realização da Conferência Municipal o Plano deve ser submetido para a aprovação em instância colegiada, que no caso do município de São Bento do Trairi/RN será a Câmara Municipal dos vereadores ou por meio de decreto pelo poder executivo municipal. Cumpridos todas essas etapas o PMSB deve ser encaminhado para aprovação final.

O Quadro 11 apresenta de forma sintética as etapas do evento.

Quadro 11 – Desenvolvimento das atividades da Conferência Municipal

Descrição de cada etapa do evento	Moderador	Tempo de exposição	Material necessário para o desenvolvimento das atividades
Abertura	Juliana oliveira Dantas e Patrícia Pessoa e José Araclide de Araújo	30 min	Data show.
Palestra	Aldo Aloisio Dantas Da Silva, Cicero Onofre De Andrade Neto e Zoraide Souza Pessoa.	50 min	Data show e vídeo.
Parte prática	Giulianna da Silva Costa, José Jadson dos Santos Silva e Susana Ferreira da Silva	60 min	Cartolina, caneta etc.
Discussões	Todos os membros da conferencia.	50 min	Sem material.

Fonte: Comitê Executivo do PMSB de São Bento do Trairi, 2017.



6.2.7 Cronograma das ações previstas

No Quadro 12 estão definidos os períodos de realização de cada etapa da mobilização da população, por setor de mobilização.

Quadro 12 – Cronograma das Atividades de Mobilização

ATIVIDADES	2017											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Sensibilização												
Oficina de Educação Sanitária												
Setor 1º - Zona urbana												
Setor 2º Zona rural												
Setor 3º Zona rural												
Setor 4º zona rural												
Oficina de Diagnóstico												
Setor 1º zona urbana												
Setor 2º zona rural												
Setor 3º zona rural												
Setor 4º zona rural												
Oficina de Prognóstico												
Setor 1º zona urbana												
Setor 2º zona rural												
Setor 3º zona rural												
Setor 4º zona rural												
Oficina de Plano de Ação												
Setor 1º zona urbana												
Setor 2º zona rural												
Setor 3º zona rural												
Setor 4º zona rural												
Conferência Municipal de SB												
Setor 1º zona urbana												
Setor 2º zona rural												
Setor 3º zona rural												
Setor 4º zona rural												
Aprovação do plano e conclusão												

Fonte: Comitê Executivo Do PMSB de São Bento do Trairi, 2017.



6.2.8. Acompanhamento das atividades desenvolvidas

O registro de cada evento deve ser realizado através de atas, registro fotográfico, áudio e vídeo, e lista de presença. Sugere-se definir representantes para cada função acima descrita. Deve-se inserir modelos de lista de presença no plano de mobilização social.

Além dos registros descritos acima o Comitê Executivo deve elaborar relatórios mensais simplificados com documentação e registro de todos os passos e atividades, que serão apresentados posteriormente à FUNASA.

6.3 DEFINIÇÃO DOS MECANISMOS E PROCEDIMENTOS DE MONITORAMENTO

Com o intuito de garantir a participação social após a elaboração do PMSB, faz-se necessário definir as formas de acompanhar a evolução das propostas formuladas no PMSB, através de índices de avaliação, envolvendo inclusive a participação da sociedade. Nessa perspectiva, deve-se:

- Constituir o Conselho de Saneamento Básico, ou designar tal atribuição à outro Conselho Municipal já existente - entidade de controle social, de caráter deliberativo, que monitora a implantação do PMSB, e será eleito na Conferência Municipal;
- Outra opção é constituir uma câmara técnica ou comissão de outra instância de Controle Social, por exemplo, Conselho de Saneamento, Conselho de Saúde ou Conselho de Habitação. O município deve fazer a melhor opção;
- Manter rotina de encontros permanentes, com metodologia própria para o monitoramento do PMSB (FUNASA/CREA-MG, 2013).

Definido o caráter e natureza da instância colegiada que realizará o acompanhamento da execução do PMSB, é necessário definir:

- Responsável pela produção dos indicadores de desempenho;
 - Responsáveis e metodologia de revisão do PMSB;
 - Responsável pelo monitoramento do Sistema de Informações.
 - Responsável pela inclusão do PMSB no Plano Plurianual de Ações Governamentais – PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, na Lei Orçamentária Anual – LOA e no Plano Diretor Municipal, se for o caso; (FUNASA/CREA-MG, 2013).
- sendo necessária a previsão e o estabelecimento de mecanismos de acompanhamento e de avaliação que possibilitem ao sistema educacional o cumprimento das metas e estratégias estabelecidas para esse Decênio.

No caso do município de São Bento do Trairi/RN, o monitoramento será realizado pelo Conselho de Saneamento Básico ou Comissão permanente, cabendo ao mesmo o acompanhamento e avaliação do Plano de Saneamento Básico de São Bento do Trairi/RN, por



meio de ações estratégicas de acompanhamento como seminários municipais e audiências públicas sob a coordenação da Comissão permanente, tendo em vista o monitoramento da execução do PMSB.

7. COMUNICAÇÃO SOCIAL

No processo de mobilização social, mais do que sensibilizar as pessoas para a importância de planejar o saneamento básico municipal, é preciso mostrar que todas podem e devem contribuir na elaboração do PMSB. A comunicação surge como base fundamental para esse processo.

Tendo como premissa a participação da sociedade e a oportunidade de discussão criada aos cidadãos para que eles possam discutir aspectos relacionados ao saneamento básico, estão previstos no processo de elaboração do PMSB, o uso dos instrumentos de comunicação social. Esses instrumentos visam divulgar e mobilizar a população, em seus diferentes segmentos, para sua efetiva participação na construção do PMSB (ENGEPLUS, 2012).

Nesse sentido, para se efetivar a comunicação é necessário: Planejamento da Comunicação Social; Produção do Material Informativo; e Relacionamento com a Imprensa.

Para a convocação das pessoas deve-se em um primeiro momento planejar as atividades de comunicação social de forma a evitar o risco de um efeito contrário. De modo geral, a tendência dos indivíduos é de se afastar quando não conseguem compreender sua função e os propósitos da ação. Para tanto é necessário estabelecer reuniões de planejamento entre a equipe responsável pelo PMSB para delinear e responder as seguintes questões: (i) Por que comunicar; (ii) Para que comunicar? (iii) Com quem comunicar; (iv) O que comunicar; (v) Como Comunicar; (vi) Quem vai Comunicar (ENGEPLUS, 2012) (Figura 06).

Figura 06 - Questões fundamentais do planejamento da atividade de comunicação social

Por que Comunicar?	<ul style="list-style-type: none">• Antes de produzir os materiais ou solicitar apoio dos veículos de imprensa é imprescindível que a equipe envolvida no processo tenha claro o que se pretende alcançar com tais iniciativas.
Para que Comunicar?	<ul style="list-style-type: none">• O levantamento de metodologias em experiências de êxito quanto à participação social no município podem fornecer subsídios importantes quanto ao grau de participação nos planos já implementados, sendo que se o grau for muito baixo um dos objetivos da comunicação ou meta estabelecida deverá ser justamente o aumento do número de participantes.
Com quem Comunicar?	<ul style="list-style-type: none">• O público-alvo do PCMS é toda a população residente no município, embora já tenham sido identificados públicos estratégicos, tais como as organizações de bairro, conselhos municipais, associações de recicladores etc., os quais serão alvo de estratégias específicas de comunicação e mobilização social.

O que Comunicar?	<ul style="list-style-type: none">• Há um bom acervo de conteúdos sobre saneamento básico disponibilizado pelo Ministério das Cidades, os quais deverão ser adequados à realidade local de Rio Grande, tanto em termos de informação quanto aos aspectos da identidade visual.
Como Comunicar?	<ul style="list-style-type: none">• A divulgação dos estudos e diagnósticos produzidos deverão ser disponibilizados tão logo sejam aprovados, de modo a permitir maior interação entre a equipe técnica e o público. Linguagem dos estudos é estritamente técnica, e essa deverá ser adaptada para uma linguagem mais coloquial e de fácil compreensão pelos públicos do PCMS. Durante o processo, deverá ser avaliado também se os meios escolhidos estão provocando o impacto almejado.
Quem vai Comunicar?	<ul style="list-style-type: none">• A empresa consultora será responsável pela comunicação social, sendo que a equipe da SMMA atuará no planejamento, acompanhamento e aprovação dos materiais, bem como na participação conjunta em ações diretas com as comunidades.

Fonte: ENGEPLUS, 2012

Dessa forma, o Plano de Comunicação Social visa difundir informações sobre o saneamento básico e os impactos esperados com sua implantação e com as demais atividades que serão desenvolvidas, de modo a construir uma relação pautada na transparência e na confiança entre os entes envolvidos no processo buscando sempre a participação e a colaboração de todos durante a elaboração desse instrumento de planejamento denominado PMSB.

7.1 PLANO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL PARA A ELABORAÇÃO DO PMSB

A) Fases principais:

1. **Planejamento:** Nesta fase a comunicação será baseada no diálogo direto com o público alvo através de reuniões, oficinas e audiências públicas.
2. **Execução:** Momento de intensificação das informações junto ao público alvo. A comunicação nesta fase deverá ser garantida por mensagens prévias e contínuas à população. Publicidade direta através de impressos (panfletos, folders, cartazes, cartilhas), coletivas de imprensa e ou envio de releases aos órgãos de comunicação, através das redes sócias digitais, blogs, spots em rádios locais, faixas, carros de som etc. Além disso, não devemos desconsiderar os espaços tradicionais de divulgação nas cidades, tais como: igrejas, escolas, unidades de saúde e pontos estratégicos do comércio locais.



B) Estratégias de comunicação

A Lei No 11.445, de 05/01/2007, que estabelece diretrizes nacionais para o **saneamento básico**, define o mesmo como o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de: abastecimento de água potável; esgotamento sanitário; limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

Assim, a **ÁGUA** será ressaltada em todo processo de comunicação como elemento principal da Comunicação e Mobilização. Isso porque a água é um elemento essencial para a vida, remete à pureza, é um bem escasso no nordeste brasileiro, e, sobretudo, porque deve ser um bem e um direito assegurado a todos.

7.1.1 Ações de Comunicação

Considerando que a elaboração do PMSB tem como pressuposto a participação da população ou das partes interessadas, de acordo com o Decreto n.º 7.217, de 21 de junho de 2010, a definição e o uso das mídias será de acordo com as orientações do Decreto.

Além disso, será levado em conta, no Planejamento, as diferenças entre uma comunicação vertical, isto é, de um lado os especialistas e representantes do poder público e, de outro, a população dos municípios.

Comunicação Vertical	Foco na palavra e nas informações das Instituições públicas e dos especialistas;
Comunicação Horizontal	Envolve as partes interessadas ao focar a transparência das informações e a interatividade entre pessoas e instituições.

Considera-se como ferramenta essencial no processo de comunicação para mobilização social, a escuta da população através de canais, quer seja nos momentos das audiências ou em espaços criados nas prefeituras (sala, site, ouvidoria, caixa de sugestões, dentre outros).

Além disso, o Plano de Comunicação será pensado e executado a partir da definição e uso de 3 mídias:



Primária	Secundária	Terciária
Pessoas - fala, visão, tato, etc.	Suportes- escrita e imagens.	Interativa – Rádio, TV, Computadores, Celulares, etc.
Em primeira dimensão e centrada no corpo.	Em segunda dimensão e centrada na extensão.	Nulo-dimensional, centrada na virtualidade e ou na convergência de dispositivos de comunicação.

A) Ação para a execução do Plano de Comunicação

A princípio será elaborado um cronograma de reuniões, conferências, oficinas e audiências públicas com as partes interessadas, considerando os seguintes aspectos:

- I. A convocação deve ser precedida de convites impressos e eletrônicos para os órgãos envolvidos, como também, para a população em geral. Deve-se buscar parceria com órgãos da imprensa local/regional (rádios, jornais e blogs) para que o máximo de pessoas seja atingido e que possibilitem a comunicação com cidadãos não alfabetizados.
- II. Também será realizada a divulgação nas Mídias Sociais como Facebook, Instagram, Youtube, Twitter, etc. e em aplicativos de comunicação digitais móveis como WhatsApp, Telegram, dentre outros.
- III. Os encontros devem ser registrados através de atas, fotografias, depoimentos em vídeo etc.
- IV. Os documentos recebidos e elaborados serão armazenados em meios digitais, de preferência, em “nuvens” (Google Drive, OneDrive, dentre outros), para garantir um meio de armazenamento e suporte para as demais atividades previstas na elaboração do PMSB e também sirva de meio para disponibilização de arquivos para consulta pública (nos casos necessários).

B) Outras Ações Midiáticas

- I. Definir local em cada setor de mobilização para informar sobre os PMSB (sala, computador e/ou mural fixo);
- II. Criar, obrigatoriamente, espaço no site das Prefeituras - ou em sites próprios da elaboração dos PMSBs - para informar sobre as reuniões e para obter sugestões e críticas aos Planos;
- III. Levantamento de blogs locais e órgãos de comunicação nos municípios;



- IV. Uniformizar linguagem, cores e símbolos nas exposições e ao falar com a imprensa;
- V. Monitoramento do assunto junto aos veículos de comunicação do RN e junto às Mídias Sociais.

C) Material de divulgação

Serão utilizados os seguintes materiais/serviços para a divulgação das informações:

- I. Alto falante móvel
- II. Anuncio em Rádio
- III. Cartazes
- IV. Convite formal aos representantes de instituições
- V. Faixas
- VI. Panfletos e Folder
- VII. Web

D) Ação e Execução

As ações de mobilização estão divididas em:

	Tipo da Ação
Ação 1	Sensibilização - Divulgação de Informação
Ação 2	Oficina de Educação Sanitária
Ação 3	Diagnóstico Técnico Participativo
Ação 4	Prognóstico
Ação 5	Plano de Ação
Ação 6	Conferência do PMSB

Para cada uma dessas etapas, serão utilizadas as seguintes estratégias de comunicação:

Ação 1 – SENSIBILIZAÇÃO

As estratégias de comunicação utilizadas nessa fase são as seguintes:

PÁGINA DE INTERNET: matérias, convites e informações publicadas no site oficial da Prefeitura ou em site próprio com informações que possibilitem a sensibilização da importância do Saneamento Básico como disponibilização de cartilhas e outros materiais similares.

Ação 2 - OFICINA DE EDUCAÇÃO SANITÁRIA



Essa etapa será realizada em todos os setores de mobilização do município. Para isso deverá ser feita uma campanha de divulgação da oficina, com no mínimo 15 dias de antecedência, para que se tenha a participação do máximo possível de pessoas em cada setor de mobilização.

Para tanto, serão utilizadas as seguintes ferramentas para a divulgação:

a) Faixas e Cartazes

Nos locais onde forem realizadas as oficinas ou audiências, respeitando as leis do município relativas à colocação de faixas públicas, serão instaladas as faixas com frases e palavras motivadoras convocando a população local, bem como sinalizando a importância do Plano de Saneamento.

Os Cartazes Informativos (A3) têm por objetivo chamar a atenção da população para a importância do saneamento básico, assim como a realização de um Plano Municipal (modelo no anexo II), e serão fixados nos locais de maior circulação de pessoas, como em unidades de saúde, escolas, sede da Prefeitura etc.

b) Matérias e anúncios em redes sociais e site da Prefeitura Municipal: convidando a população para participar do processo.

c) Rádios: veiculação de spots de 30 segundos e/ou entrevista com os representantes municipais, na rádio local. A proposta para veiculação do spot através da rádio, deve ser realizada com no mínimo 07 dias de antecedência, em inserções diárias.

Texto do Spot:

ATENÇÃO POPULAÇÃO DE SÃO BENTO DO TRAIRI/RN: PARTICIPE DA REUNIÃO PÚBLICA PARA DISCUTIR O SANEAMENTO BÁSICO DA NOSSA CIDADE// A GENTE QUER OUVIR SUA OPINIÃO SOBRE PROBLEMAS COMO ABASTECIMENTO DE ÁGUA / ESGOTO / ALAGAMENTOS/ LIMPEZA URBANA/ COLETA DE LIXO/ DENTRE OUTROS ASSUNTOS// A CIDADE SERÁ OUTRA COM A SUA PARTICIPAÇÃO! // A REUNIÃO ACONTECE NESTA DATA/ HORA/ NO LOCAL// PARTICIPE! ///

PARTICIPE, VOCÊ É PARTE IMPORTANTE NA CONSTRUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO BÁSICO DO NOSSO MUNICÍPIO.



d) Alto falante móvel (moto ou carro de som): mídia habitualmente utilizada para veicular informação à comunidade. Indica-se spots de 30 segundos para divulgação em serviço de alto falante móvel – moto ou carro de som, para toda área urbana e rural do município. Elaborar plano de acordo com a quantidade de reuniões programadas.

e) Convite aos representantes das Instituições: Os convites estão sob responsabilidade do Comitê de Execução, que deverá direcioná-los aos representantes das instituições, aos órgãos oficiais, concessionárias e prestadores de serviços ligados à questão ambiental, **via ofício ou e-mail.**

Ação 3 - DIAGNÓSTICA TÉCNICO PARTICIPATIVA

Nesta etapa, a comunidade local será convocada para estabelecer contato e tomar conhecimento da realidade sobre os serviços de saneamento municipal oferecidos à população. Nesta ação, o Comitê Executivo utilizará as seguintes ferramentas para divulgação das reuniões:

a) Faixa/Cartaz: por serem mídias frequentemente utilizadas para divulgação de eventos devem ser resumidas e dispostas conforme indicado na pesquisa de meios de comunicação, com a finalidade de promover a participação, informando a data, hora e local da reunião.

b) Panfletos/Folder: são mídias de fácil aceitação que terão distribuição estratégica, in loco, à população a partir de experiências anteriores, levando-se em consideração as especificidades locais. Esta ferramenta deverá fornecer informações como data, hora e local, a fim de convidar e incentivar a população a participar das reuniões.

c) Matérias e anúncios em redes sociais e site da Prefeitura Municipal: convidando a população para participar do processo.

d) Rádios: veiculação de spots de 30 segundos e/ou entrevista com os representantes municipais, na rádio local. A proposta para veiculação do spot através da rádio, deve ser realizada com no mínimo 07 dias de antecedência, em inserções diárias (O texto do Spot será similar ao utilizado na etapa anterior).



e) **Alto falante móvel (moto ou carro de som):** mídia habitualmente utilizada para veicular informação à comunidade. Indicam-se spots de 30 segundos para divulgação em serviço de alto falante móvel – moto ou carro de som, para toda área urbana e rural do município. Elaborar plano de acordo com a quantidade de reuniões programadas.

f) **Convite aos representantes das Instituições:** Os convites estão sob responsabilidade do Comitê de Execução, que deverá direcioná-los aos representantes das instituições, aos órgãos oficiais, concessionárias e prestadores de serviços ligados à questão ambiental, **via ofício ou e-mail.**

Além dessas mídias, poderão ser criados espaços para que a população participe antes ou depois das reuniões como **formulários online e caixas de sugestões** instaladas em locais estratégicos e de grande circulação.

Já durante as reuniões, deverão ser utilizados microfones para que todos os presentes possam escutar as opiniões e todo conteúdo explicitado possa ser registrado em **gravador de áudio** para consulta posterior e registro em atas.

Ação 4 - Prognóstico

Para divulgação das reuniões para elaboração do Prognóstico serão utilizadas as mesmas ferramentas de divulgação das etapas anteriores

Nesta ação, o Comitê Executivo utilizará ferramentas para divulgação das reuniões, sendo elas: **folders, cartilhas e faixas**, bem como inserções em **rádio, publicação em redes sociais**, além da divulgação no **site da Prefeitura Municipal**, convidando o público alvo para participar da reunião/oficina.

Ação 5 - Plano de Ação

Uma vez definidos locais, data e horário das reuniões, será de responsabilidade do Comitê Executivo, providenciar a confecção dos seguintes recursos: **folders, cartilhas e faixas**, bem como inserções em **rádio, publicação em redes sociais**, além da divulgação no **site da Prefeitura Municipal.**



A distribuição dos **folders** deverá ser feita **pelos agentes de saúde** e podem estar disponíveis em locais de grande circulação, assim como as faixas de divulgação, sendo esses locais identificados pelos Comitês.

Nas reuniões, também devem ser utilizados microfones para que todos os presentes possam escutar as opiniões e todo conteúdo explicitado possa ser registrado em **gravador de áudio** para consulta posterior e registro em atas.

Também devem ser garantidos espaços de participação como **formulários online e caixas de sugestões** instaladas em locais estratégicos e de grande circulação.

Ação 6 - Conferência Municipal do PMSB

As Conferências Públicas para divulgação final do material completo dos Planos Municipais de Saneamento Básico devem ser amplamente divulgadas, com antecedência de, pelo menos, **15 dias da data do evento**, ficando o material **disponível no site e impresso** para consulta em local a ser definido pelos Comitês.

Nesta ação, o Comitê Executivo utilizará ferramentas para divulgação da Consulta e Audiência Pública, sendo eles:

Faixa/Cartaz, Panfletos/Folder (distribuídos, in loco, à população utilizando agentes comunitários de saúde); **matérias e anúncios em redes sociais e site da Prefeitura Municipal**; envio de release (texto jornalístico) para **blogs e sites de notícias** da cidade e região; **rádios; alto falante móvel; convite aos representantes das instituições.**

Também deverão ser mobilizados **agentes sociais** (líderes religiosos, representantes de ONGs, sindicatos, dentre outros) para agirem como divulgadores da conferência.

Por fim, ressalta-se que todo esse planejamento deve ser pensado para atender as exigências das leis e decretos, proporcionando maior participação da população no processo de construção dos planos municipais de Saneamento Básico.

Para uma melhor visualização das ações e das estratégias de divulgação, no Quadro 13 encontra-se sistematizadas cada uma das ações.



Quadro 13 – Descrição das estratégias de divulgação para todas as etapas deste plano

Setor de Mobilização:- 1,2,3 e 4			
(X) Anuncio em Rádio	Emissora(s): Rádio Comunitária Princesa - FM 87.9		
	Spot: PARTICIPE, VOCÊ É PARTE IMPORTANTE NA CONSTRUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO BÁSICO DO NOSSO MUNICÍPIO.		Tempo de Spot: 1 MIN.
	Prazo (período de divulgação): JANEIRO Á DEZEMBRO DE 2017	Responsável: José Lindomar	Custo da ação: R\$ 100
(X) Web	(X) Blog(s): (colocar o(s) site(s)) http://trairiagora.blogspot.com.br/		
	(X) Site da Prefeitura: (colocar o(s) site(s)) http://pmsbt.rn.gov.br/		
	(X) Facebook: https://www.facebook.com/saobentodotrairi/?fref=ts		
	() Outros: (colocar o(s) site(s))		
	<p>ATENÇÃO POPULAÇÃO DE SÃO BENTO DO TRAIRI/RN: PARTICIPE DA REUNIÃO PÚBLICA PARA DISCUTIR O SANEAMENTO BÁSICO DA NOSSA CIDADE// A GENTE QUER OUVIR SUA OPINIÃO SOBRE PROBLEMAS COMO ABASTECIMENTO DE ÁGUA / ESGOTO / ALAGAMENTOS/ LIMPEZA URBANA/ COLETA DE LIXO/ DENTRE OUTROS ASSUNTOS//</p> <p>A CIDADE SERÁ OUTRA COM A SUA PARTICIPAÇÃO! // A REUNIÃO ACONTECE NESTA DATA/ HORA/ NO LOCAL// PARTICIPE! ///</p>		



	PARTICIPE, VOCÊ É PARTE IMPORTANTE NA CONSTRUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO BÁSICO DO NOSSO MUNICÍPIO.		
	Prazo (período de divulgação): JANEIRO Á DEZEMBRO DE 2017.	Responsável: JEDIEAL DE ALMEIDA DANTAS	Custo da ação: R\$: 400
(X) Alto-falante móvel	<input type="checkbox"/> bicicleta	<input type="checkbox"/> moto	<input checked="" type="checkbox"/> carro de som
	Spot: (escrever o spot) ATENÇÃO POPULAÇÃO DE SÃO BENTO DO TRAIRI/RN: PARTICIPE DA REUNIÃO PÚBLICA PARA DISCUTIR O SANEAMENTO BÁSICO DA NOSSA CIDADE// A GENTE QUER OUVIR SUA OPINIÃO SOBRE PROBLEMAS COMO ABASTECIMENTO DE ÁGUA / ESGOTO / ALAGAMENTOS/ LIMPEZA URBANA/ COLETA DE LIXO/ DENTRE OUTROS ASSUNTOS//		Tempo de Spot: 1 MIM
	Prazo (período de divulgação): JANEIRO Á DEZEMBRO DE 2017.	Francis Fernandes	Custo da ação: R\$: 50
(X) Faixas	Texto (discriminar tamanho da faixa): PARTICIPE, VOCÊ É PARTE IMPORTANTE NA CONSTRUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO BÁSICO DO NOSSO MUNICÍPIO.	Locais a serem colocadas: Prefeitura, escolas e secretarias, entrada da cidade.	Quantidade: 13
	Prazo (período de divulgação): JANEIRO Á DEZEMBRO DE 2017.	Responsável: Locais onde serão realizadas as oficinas e conferências.	Custo da ação: R\$: 120
(x) Cartazes	Texto PARTICIPE, VOCÊ É PARTE IMPORTANTE NA CONSTRUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO BÁSICO DO NOSSO MUNICÍPIO.	Locais a serem colocados: Locais a serem colocadas: Prefeitura, escolas e secretarias, entrada da cidade.	Quantidade: 13
	Prazo (período de divulgação): JANEIRO Á DEZEMBRO DE 2017.	Responsável: Comitê executivo.	Custo da ação: A definir



(x) Panfletos e Folder	Texto (colocar o modelo do cartaz e discriminar o tamanho do mesmo): PARTICIPE, VOCÊ É PARTE IMPORTANTE NA CONSTRUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO BÁSICO DO NOSSO MUNICÍPIO.	Locais de distribuição: Prefeitura, secretarias municipais, escolas municipais, escola estadual, ONG's, empresas, supermercados, salões de beleza, lojas.	Quantidade: 4, 000 mil
	Prazo (período de divulgação): JANEIRO Á DEZEMBRO DE 2017.	Responsável: Prefeitura, secretarias municipais, escolas municipais, escola estadual, ONG's, empresas, supermercados, salões de beleza, lojas.	Custo da ação: 800 reais
(x) Convite formal aos representantes de instituições	Texto (colocar o modelo do convite): PARTICIPE, VOCÊ É PARTE IMPORTANTE NA CONSTRUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO BÁSICO DO NOSSO MUNICÍPIO.	Locais a serem enviados: Prefeitura, secretarias municipais, escolas municipais, escola estadual, ONG's, empresas, supermercados, salões de beleza, lojas.	
	Prazo (período de divulgação): JANEIRO Á DEZEMBRO DE 2017.	Responsável: Secretária Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo, Recursos Hídricos e Turismo, por meio do Comitê executivo.	

Fonte: Comitê Executivo do PMSB de São Bento do Trairi, 2017.



8. PREOCUPAÇÃO COM A LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA

Considerando as características do Município de São Bento do Trairi-RN, o mesmo será dividido por Setores de Mobilização - SM, de acordo com as especificidades da comunidade local (distritos urbanos e rurais, comunidades tradicionais, quilombos ou indígenas, bairros ou vilas próximos ou características comunitárias).

Para garantir a participação, em cada Setor de Mobilização receberão 04 reuniões (oficinas). A realização de todas essas atividades exige uma logística adequada, para que se possam atingir os objetivos de cada etapa da elaboração do Plano, com a efetiva participação da população.

Nesse sentido, fez-se necessário:

- Identificar e reservar locais de reuniões acessíveis à população, prevendo a quantidade e o conforto de participantes. Preferencialmente elas serão realizadas em horários noturnos ou finais de semana;
- Prever a contratação de lanche, água, café e almoço de acordo com o tamanho e objetivo da reunião e a realidade dos participantes;
- Prever deslocamento da população de áreas distantes ou outros bairros, com o aluguel de ônibus ou outro meio de transporte comum à região;
- Disponibilizar recursos humanos para operacionalizar as reuniões e a conferência;
- Disponibilizar recursos materiais para operacionalizar as reuniões e a conferência (microcomputadores, retroprojeter, "flipchat", mapas impressos etc.);
- Usar todos os recursos de mídia disponíveis (faixas, cartazes, veículos de som, panfletos, rádio, etc.) e de endereços digitais (email, site oficial etc.) existentes.
- Orçar todos os custos da infraestrutura;
- Definir rubricas e cronograma de desembolso;
- Registrar todas as atividades em todos os eventos (fotográfico, ata de reunião e lista de presença - com endereço)
- Produzir relatórios mensais simplificados com documentação e registro de todos os passos e atividades, que serão apresentados posteriormente à FUNASA;
- Definir ou eleger um relator dentre os presentes da comunidade, para produzir ata de cada uma das reuniões, cujo modelo deverá ser disponibilizado;
- Planejar prazo de todos os eventos e elaborar um cronograma de atividades (o início dos trabalhos deverá ser divulgado com um mínimo de 20 dias);
- Planejar o site da Prefeitura (caso tenha site oficial) para receber informações sobre o PMSB e promover consultas públicas, preferencialmente, com regras estabelecidas por ato administrativo do prefeito municipal (FUNASA/CREA-MG, 2013).



QUADRO RESUMO DE REALIZAÇÃO DOS EVENTOS

O quadro apresentado a seguir mostra as atividades por tipo de evento que será realizado, mostrando a atividade, o meio de divulgação, os prazos e os responsáveis por cada atividade e os participantes.

ETAPA	ATIVIDADE	MEIO	Local de realização	Período de Realização	RESPONSÁVEL	PARTICIPANTES	
PREPARATÓRIA	Pré-Diagnóstico						
		Comunicação/Divulgação	Blog, site da prefeitura e carro de som.	Sede do município e 4 comunidades rurais.	Janeiro de 2017.	Comitê executivo	Todos os membros do comitê.
		Setorização do Município	Blog, site da prefeitura e carro de som.	Sede do município e 4 comunidades rurais.	Janeiro de 2017.	Comitê executivo	Todos os membros do comitê.
	Oficina de Educação Sanitária	Blog, site da prefeitura e carro de som.	Sede do município e 4 comunidades rurais.	Janeiro de 2017.	Comitê executivo	Todos os membros do comitê.	

ETAPA	ATIVIDADE	MEIO	Período de	RESPONSÁVEL	PARTICIPANTES
-------	-----------	------	------------	-------------	---------------



			Realização		
DIAGNÓSTICO TÉCNICO PARTICIPATIVO	Comunicação/Divulgação	Blog, site da prefeitura e carro de som.	Fevereiro de 2017.	Comitê executivo.	Toda a população do município, sede e comunidades rurais.
	Setorização do Município	Blog, site da prefeitura e carro de som.	Fevereiro de 2017.	Comitê executivo.	Toda a população do município, sede e comunidades rurais.
	Oficina do diagnóstico	Blog, site da prefeitura e carro de som.	Fevereiro de 2017.	Comitê executivo.	Toda a população do município, sede e comunidades rurais.

ETAPA	ATIVIDADE	MEIO	Período de Realização	RESPONSÁVEL	PARTICIPANTES
PROGNÓSTICO	Comunicação/Divulgação	Blog, site da prefeitura e carro de som.	Março de 2017.	Comitê executivo.	Toda a população do município, sede e comunidades rurais.
	Setorização do Município	Blog, site da prefeitura e carro de som.	Março de 2017.	Comitê executivo.	Toda a população do município, sede e comunidades rurais.
	Oficina do prognóstico	Blog, site da prefeitura e carro de som.	Março de 2017.	Comitê executivo.	Toda a população do município, sede e comunidades rurais.

ETAPA	ATIVIDADE	MEIO	Período de	RESPONSÁVEL	PARTICIPANTES
-------	-----------	------	------------	-------------	---------------



				Realização		
PLANO DE AÇÃO		Comunicação/Divulgação	Blog, site da prefeitura e carro de som.	Abril de 2017.	Comitê executivo.	Toda a população do município, sede e comunidades rurais.
		Setorização do Município	Blog, site da prefeitura e carro de som.	Abril de 2017.	Comitê executivo.	Toda a população do município, sede e comunidades rurais.
		Oficina do plano de ação	Blog, site da prefeitura e carro de som.	Abril de 2017.	Comitê executivo.	Toda a população do município, sede e comunidades rurais.

ETAPA	ATIVIDADE	MEIO	Período de Realização	RESPONSÁVEL	PARTICIPANTES	
CONFERÊNCIA DO PMSB	Pré-Diagnóstico	Comunicação/Divulgação	Blog, site da prefeitura e carro de som.	Maiou junho de 2017.	Comitê executivo.	Toda a população do município, sede e comunidades rurais.
		Setorização do Município	Blog, site da prefeitura e carro de som.	Maiou junho de 2017.	Comitê executivo.	Toda a população do município, sede e comunidades rurais.
		Oficina da conferência do PMSB	Blog, site da prefeitura e carro de som.	Maiou junho de 2017.	Comitê executivo.	Toda a população do município, sede e comunidades rurais.

Fonte: Comitê Executivo do PMSB de São Bento do Trairi, 2017.



REFERÊNCIAS

AMPLA Assessoria e Planejamento. Plano Municipal de Saneamento básico. **Plano de Mobilização Social**. Prefeitura Municipal de MATINHOS, 2013

TORO, Jose Bernardo; WERNECK, Nisia Maria Duarte. **Mobilização Social** - Um Modo de Construir a Democracia e Participação. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. **Caderno metodológico para ações de educação ambiental e mobilização social em saneamento**. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2009.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. Departamento de Articulação Institucional. **Educação ambiental e mobilização social em saneamento**. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2009.

Brasil. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. **Termo de Referência para elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico**. Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento. **Caderno Metodológico para Ações de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento**. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2009, 100 p. Disponível em <http://www.cidades.gov.br>. Acesso em 17 out. 2013.
<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/8c92b3fe2872c4bf89ba9889e1593515.pdf>.

BRASIL. **Lei 11.445, 5 jan. 2007**. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. Publicado no DOU de 8.1.2007 e retificado no DOU de 11.1.2007. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 11 jul. 2016.

BRASIL. Ministério das Cidades. Organização Pan-Americana da Saúde. **Política e Plano de Saneamento Ambiental: experiências e recomendações**. 2 ed. Brasília: Ministério das Cidades, 2011. 148 p. Disponível: <www.cidades.gov.br>. Acesso em: 12 jul. 2016.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Peças Técnicas Relativas a Planos Municipais de Saneamento Básico**. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2011. 244 p. Disponível: <www.cidades.gov.br>. Acesso em: 12 jul. 2016.

B&B ENGENHARIA. Relatório de Diagnóstico da Situação da Prestação dos Serviços de Saneamento Básico. Município de Várzea Paulista. 2013.

ENGEPUS, Engenharia e Consultoria. Plano de Comunicação e Mobilização Social. Prefeitura Municipal do Rio Grande (RS). 2012.



FUNASA; CREA-MG. Capacitação de Técnicos e Gestores para Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico – Plano de Mobilização Social. 2013.

FUNASA; PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS; AMPLA. Plano Municipal de Saneamento Básico. Matinhos - PR, 2013.

GERENTEC. Plano Municipal de Saneamento Básico para a Região do Médio São Francisco. Catolândia, 2014.

Prefeitura Municipal de Belford Roxo. Plano de mobilização social para a elaboração do plano municipal de saneamento básico da cidade de Belford Roxo. Rio de Janeiro, 2013 (Relatório técnico).

Prefeitura Municipal de Juazeirinho. Plano Municipal de Saneamento Básico. Juazeirinho, 2016.

Prefeitura Municipal de Matinhos. Plano de Mobilização Social. Matinhos, 2013. Disponível em:

<<http://www.matinhos.pr.gov.br/prefeitura/pdf/planejamento/PlanodeMobilizacaosocial.pdf>>. Acesso em 11 ago. 2016.

Prefeitura Municipal de Natal/Start. Apresentação do Plano Municipal de Saneamento Básico de Natal. Natal, 2014.